

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Campus Experimental de Ourinhos

Bruno Henrique Alonso

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DA
REGIÃO DE OURINHOS-SP

OURINHOS-SP

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

Campus Experimental de Ourinhos

Bruno Henrique Alonso

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DA
REGIÃO DE OURINHOS-SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado junto à Comissão de
Avaliação de TCC do Curso de Graduação em Geografia do Campus
Experimental de Ourinhos, no segundo semestre de 2013.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

OURINHOS-SP

2014

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

Ourinhos, ____ de _____ de 2014

Agradecimentos

Aziz Nacib Ab'Sáber disse: “Ninguém escolhe o lugar, o ventre e a condição socioeconômica pra nascer, a gente nasce onde pode, dentro da Amazônia, ou nos sertões rústicos do Nordeste, ou no meio dos pantanais, ou nas regiões mais distantes e isoladas do mundo e ilhotas de humanidade em qualquer parte do mundo. E nesse sentido é preciso que os homens, independentemente do seu berço, saibam que todos os homens são uma herança fundamental da vida inteligente na face da terra, eu diria, da vida que Deus colocou na terra, e por isso mesmo, pessoas que estão controlando o processo e dizendo coisas absurdas, atingindo pessoas e chamando pessoas de vagabundos etc. precisam lembrar que podiam ter nascido num lugar na beira do igarapé, onde não tinha escola, onde não tinha possibilidade de sobreviver, e assim por diante.”

O combate à ignorância se faz pela ciência e pela formação ética e cidadã do indivíduo e da sociedade. Neste sentido, minha vida foi beneficiada pela presença de uma família muito amorosa, que deu minha estruturação basilar e por isso agradeço ao meu pai (João Paulo), mãe (Maria) e irmãos (Paula e Daniel). Agradeço também aos meus amigos de infância e adolescência que me acompanharam à distância: Christyano, Rodrigo, Maurício e Vinicius.

Em apenas cinco anos de vida universitária conheci caros amigos que foram fundamentais, se tornaram parte integrante de minha transformação pessoal (praticamente minha família em Ourinhos), conviveram de maneira muito estreita e que tirei muito proveito afetivo. São eles Guilherme (Chapolim), Antônio Guilherme (Mineiro), Diego Hiroshi (Nohal), Gustavo Rossi, Régis, Leandro, Lucas (Lombriga), Rafael (Frei), Wellington (Chassis), Cleiton, Philip, Rosemberg, Douglas (Ganso) e Juliana. Agradeço especialmente a Ana Maria, por ter convivido comigo por muito tempo e ter sido uma pessoa extremamente importante ao meu lado durante esse período.

Agradeço também aos funcionários da biblioteca, grandes figuras e amigos: Marquinhos, Larissa, Rafael e Rodrigo.

Por fim, aqueles que foram os responsáveis por grande parte de minha progressão intelectual, pela fuga da ignorância científica, realizada sobretudo pelo companheirismo dos camaradas Paulo Victor, Targino, Washington, Rafael (Bróz) e da professora Marta Luedemann e do professor Paulo Mourão.

Mas, quem tem o mínimo de familiaridade com o materialismo histórico sabe que a geografia tem um papel importante.

Domenico Losurdo

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar breves considerações sobre a formação histórica e a atual organização espacial da região de Ourinhos. Para tanto, buscamos o entendimento do desenvolvimento das forças produtivas no campo, assim como suas conseqüentes transformações nas relações de produção, apontando para a realidade agroindustrial que transcendeu as arcaicas estruturas do complexo rural. Apresentamos apontamentos teóricos e categóricos gerais, presentes na literatura clássica sobre o tema, assim como analisamos o caso concreto do objeto de estudo. Parte importante são a exposição e comparação com algumas outras regiões, de diferentes dinâmicas econômicas, ou seja, com particularidades temporais e espaciais, buscando um alcance analítico mais aprofundado e entendimento de alguns aspectos específicos de nossa região de estudo. Também apresentamos uma discussão sobre o desenvolvimento industrial do país, que é de fundamental importância para uma melhor compreensão do complexo agroindustrial.

Palavras-chave: Complexo Agroindustrial; Formação Espacial; Especialização Produtiva; Modernização do Campo.

Índice

Figura 1: Esquema Explicativo Sobre a Renda Diferencial	23
Figura 2: A Penetração dos Mineiros no Século XIX	31
Figura 3: Produção Canavieira no Brasil.....	40
Figura 4: Produção de Mandioca no Estado de São Paulo.....	44
Figura 5: Propriedades Cafeeiras e Culturas de Café.....	52
Tabela 1: Ourinhos: Principais produtos agrícolas entre 1940 e 1980	37
Tabela 2: Distribuição Geográfica da Produção Brasileira de Açúcar - (1940-72) - Produção (ton.)	39
Tabela 3: Desenvolvimento Regional de Ourinhos.....	42
Tabela 4: Desenvolvimento Regional	47
Tabela 5: Movimento de Urbanização.....	51
Tabela 6: População existente nas Propriedades Cafeeiras, 1958	52
Tabela 7: Crescimento Industrial em Alguns Setores	56
Tabela 8: Crescimento Industrial em Alguns Setores (2).....	56
Tabela 9: Brasil - Incremento dos Meios de Produção nos Estabelecimentos Agropecuários, de 1950 a 1970.....	57
Tabela 10: Estado, Receita, Estabelecimentos, Áreas e Relações da Agricultura Familiar	58

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
MATERIAIS E MÉTODOS.....	11
AUTOCRÍTICA	12
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1. Teorias Sobre a Agricultura	14
1.2. Categoria da Formação Sócio Espacial	18
1.3. Categoria da Renda da Terra	21
1.4. Especialização Produtiva	26
1.4.1. Divisão Social do Trabalho	26
1.4.2. Especialização Produtiva Regional	27
2. FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DA REGIÃO DE OURINHOS	30
2. 1. Pioneiros	30
2.2. A Cafeicultura.....	33
2.3. A Expansão da Agroindústria Canavieira.....	38
2.4. Especialização Regional	42
2.4.1. Organização do Espaço Rural da Região de Ourinhos-SP.....	42
2.4.2. Breve Histórico de Outras Regiões: Campinas, Sorocaba e São Paulo	46
3. AGROINDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	51
3.1. Ascensão do Complexo Agroindustrial como Realidade Não Seccionada	51
3.2. Industrialização Nacional	54
3.3. Estrutura Comercial e Inelasticidade-Renda da Demanda	59
3.4. Síntese do Desenvolvimento da Especialização da Região de Ourinhos-SP.....	61
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

A temática sobre o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura perfaz uma gama de discussões que muitas vezes não apresentam convergências entre seus principais analistas. De maneira interessante, José Sidnei Gonçalves (2004) elenca pelos menos quatro aspectos que nortearam os debates a partir de meados do século XX, que geraram dualismos paradigmáticos (carmas na visão do autor): na década de 1950, a discussão estava centrada na questão da estrutura de comercialização da agricultura, que gerou um processo de demonização dos “atravessadores”; nos anos de 1960, estava erigido o dualismo entre os restos feudais ou não no campo; já na década de 1970, o antagonismo era entre a produção de exportáveis e doméstica; por fim, no início do presente século, a falsa dicotomia é representada pela oposição entre produção da agricultura familiar e agronegócios (GONÇALVES, 2004, p. 41).

Diante dessas constatações, é interessante notar que realmente essas bases ainda estão presentes na literatura atual e geram discussões difíceis de consenso geral. Talvez, o único consenso seja o objetivo das análises, que é a busca pela melhoria das condições de vida da população brasileira, seja rural ou urbana, e a efetiva otimização da produção agrícola nacional.

No entanto, para que se efetive um desenvolvimento econômico e social¹ em nossa formação social nacional, é necessário que as análises não fujam da realidade concreta e complexa, da totalidade, enfim, que não encarem o estudo de um setor econômico de forma seccionada e não integrada à economia em geral. Ora, imagine buscar o entendimento da realidade agrária sem levar em consideração que atualmente o Brasil possui 84% da população urbanizada; que, ao analisar em séries históricas, a população economicamente ativa (PEA) rural e a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB)², as quedas são relativamente constantes até nossos dias³; ou que cada vez mais nossa oferta e consumo de alimento são de caráter industrial (MEDEIROS, 2009). Ou seja, somos uma sociedade que

¹ Entendemos por desenvolvimento o aumento da divisão social do trabalho e a transformação das relações produtivas de produção dentro da concepção do materialismo histórico, ou seja, a evolução da sociedade sob os modos de produção. Assim, uma sociedade que se desenvolve para patamares mais avançados, como do feudalismo para o capitalismo, é entendido neste trabalho enquanto desenvolvimento.

² Segundo Márcio Pochmann (2009, p. 80-81), em 1872 a PEA rural era de 63,3%, atingindo em 2007 a margem de 18%; o setor agrícola correspondia 44,6% do PIB, enquanto em 2005, 7,5%. No entanto, a PEA das agroindústrias e dos setores agrícolas não propriamente rurais é crescente.

³ O que significa um aumento da produtividade do trabalho e da terra mediante a aplicação de técnicas cada vez mais sofisticadas concomitantes ao expressivo crescimento industrial brasileiro.

passou por uma transformação radical desde o princípio do século XX, que urbanizou sua população e que desenvolveu feições industriais das forças produtivas no campo.

Mas uma rápida urbanização trouxe consigo contradições de difícil solução, pois o quadro urbano e industrial demandou mão de obra muito aquém do necessário para que o quadro macrocefálico e a desigualdade de renda fossem superados. A realidade das periferias, favelas e do banditismo urbano são aspectos que podem ser relacionados à questão agrária nacional ou, como diz Ignácio Rangel, são corolários da crise agrária, que foi tomando impulso no desenrolar histórico brasileiro.

Não iniciamos nosso desenvolvimento econômico através da revolução democrática-burguesa, a base da destruição das relações feudais via revolução agrária ou pela democratização de terras via *homesteads*, como nos casos francês e estadunidense, respectivamente. Nossa transição foi realizada pela via conservadora, em associação das arcaicas relações no campo conjuntamente a uma industrialização impressionante (vide as taxas de desenvolvimento nacional entre os anos de 1930 e 1980, explicitados ao longo deste trabalho).

Mas a dimensão territorial nacional, neste contexto, permitiu uma gama de diferenciações regionais que não devem ser excluídas da análise. Ignácio Rangel dizia que durante este período, as regiões setentrionais eram a base da superpopulação rural enquanto que as meridionais eram da superprodução. Essa constatação, por mais geral que seja, demonstra a acuidade que deve ser tomada quando observamos a realidade.

O presente trabalho de conclusão de curso, então, enseja contribuir para o entendimento da particularidade da formação da região de Ourinhos-SP, no que tange à sua histórica organização espacial rural. Este é o principal objetivo. Para a progressão da análise, buscamos também estudar: 1- a concentração de terras e especialização agrícola regional; 2- fazer algumas comparações com o desenvolvimento de outras regiões especializadas; 3- entender o desenvolvimento das forças produtivas e das conseqüentes transformações das relações sociais no campo.

Para tanto, explicitamos no capítulo 1 as bases teóricas de alguns autores clássicos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e da teoria da formação social, fundamental para a Geografia. Em seguida, explicamos a teoria da renda da terra da tradição marxista, basilar para a compreensão da realidade rural. Incluímos, por fim, uma explicação sobre nosso entendimento da especialização produtiva, tanto daquela oriunda da ascensão do complexo agroindustrial quanto da especialização espacial, ou seja, das regiões produtoras.

No capítulo 2 estudamos a formação propriamente dita da região de Ourinhos-SP, desde sua gênese histórica até os tempos hodiernos. Com resgate histórico de desde meados do século XIX, passando por “ciclos” (pequena produção/autoconsumo, café e cana-de-açúcar, cronologicamente) até a agroindústria atual e seu importante papel na economia das pequenas e médias propriedades em conjunto com o entendimento da concentração de terras.

No terceiro capítulo, destacamos os resultados e discussões, retomando a temática do desenvolvimento industrial e urbano, sem as quais o entendimento das relações agroindustriais não pode ser alcançado. Neste mesmo capítulo, em sua parte final, tecemos uma síntese, em forma de um breve resultado, para concluirmos o trabalho.

Por fim, no último capítulo, apresentamos as considerações finais.

A realização do presente trabalho de conclusão de curso teve como norte o desejo de somar, dentro de tantas análises já realizadas, alguns aspectos que nos parecem importantes. É comum a apresentação de concepções sobre a concentração de terras, da redução das áreas de pequenos e médios agricultores, em função da expansão da produção canavieira. No entanto, não podemos reduzir tanto a realidade rural a somente uma determinante, apesar de expressiva. Outros fatores também condicionaram essa expansão da cultura canavieira, como frutos das épocas históricas e localizações geográficas (vide as mudanças dos chamados modos de produção e também a concentração urbana e industrial). Tentamos não minimizar a discussão.

A agroindústria canavieira, entendida como uma das primeiras estruturas verticais de produção econômica na agricultura (desde a década de 1950), não encerrou as possibilidades de desenvolvimento das pequenas e médias propriedades da região. Esta constatação também foi relevada no presente trabalho com o intuito de avançar no entendimento do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas e para compreender que a ascensão do complexo agroindustrial é de fundamental importância para os rendimentos dos pequenos e médios produtores rurais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para o progresso do presente trabalho de conclusão de curso, além das teorias utilizadas ao longo da exposição, nos utilizamos de uma série de entrevistas realizadas em alguns municípios da região:

- 4 em Canitar (produtores de alfafa);
- 3 em Ourinhos (produtores de soja e milho);
- 1 em Santa Cruz do Rio Pardo (produtor de pimentão, tomate e pepino em estufa).

Nenhuma das entrevistas realizadas seguiu algum tipo de padrão ou formalidade no momento de sua realização. As entrevistas em Canitar foram tomadas através de um gravador (celular) e o restante através de anotações em folhas de papel. Cabe assinalar que também realizamos algumas entrevistas em mercados varejistas de produtos agrícolas (“sacolões”) no município de Ourinhos, sem também nenhum tipo de padrão.

Muitas entrevistas foram retiradas dos livros dos autores Jefferson Del Rios (1992) e de Moraes e Romero (2004), que estudaram a realidade do município de Ourinhos e deram contribuições fundamentais para seu entendimento. No desenrolar do presente projeto apresentamos algumas dessas entrevistas em notas de rodapé.

Alguns estudos científicos sobre a região e município de Ourinhos, sobretudo trabalhos de conclusão de curso, foram usados como fontes de dados históricos e geográficos, como os trabalhos das alunas Dias (2008 e 2013) e Tsukada (2008).

Também foram utilizados dados de revistas e instituições especializadas, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Levantamento das Unidades de Produção Agrícola (LUPA/CATI) e do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

AUTOCRÍTICA

Aproveitaremos este fragmento do trabalho para a exposição de uma autocrítica e apontamentos das defasagens presentes ao longo da escrita e que realmente se apresentavam enquanto fundamentais para uma rigorosidade maior da análise. Inicialmente intentamos para a questão teórica da análise do abstrato, simples e geral, sobretudo com a categoria de análise da renda da terra e, posteriormente, buscamos atingir o concreto, complexo e particular, ao nível da formação social regional.

Talvez, neste último aspecto é que resida um dos problemas a serem ressaltados. Quando apelamos para a noção teórica de formação social, estreitamos inadvertidamente duas concepções que deveriam ter melhor trato científico durante nossa exposição: da formação econômico e social (FES), oriunda da teoria clássica de Lênin (1982) e Sereni (1973), e a da formação econômico, social e espacial, ou simplesmente formação espacial, desenvolvida para a problemática da ciência geográfica por Milton Santos (1977)⁴. Ao fazer a aproximação sem suas necessárias diferenças, nos aventuramos no possível erro categorial. Milton Santos, durante a década de 1970, amplia o debate de Lênin e insere a concepção espacial para análise. Mesmo ficando ainda na óptica da formação nacional, esta categoria para a Geografia ganha amplo espaço para o entendimento regional, tal como estudado muitas vezes por Armen Mamigonian.

A partir do supracitado entramos em outra falha. Em nenhum momento do presente trabalho também houve algum tipo de preocupação com a conceituação da região. Em nada desenvolvemos teoricamente, o que pode significar um impacto negativo já que o conceito se apresenta cara à Geografia. No decorrer do texto acabamos dando o significado de região aqueles municípios agregados nas adjacências de Ourinhos, sobretudo os indicados pelo Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)⁵. Para a comparação com as demais regiões explicitadas também nos utilizamos da regionalização desta instituição e de seus dados.

Atendo-nos ainda na problemática regional, percebemos alguns graves erros quando forçamos muito as generalizações das realidades regionais, sobretudo da particularidade de Ourinhos. Faltaram entrevistas cruciais e objetivas para se comprovar a origem dos produtos

⁴ Apontamentos realizados pela professora Tânia Maria Fresca durante sua exposição na IX Semana de Geografia da Unesp Ourinhos.

⁵ Que corresponde aos municípios de Salto Grande, Ribeirão do Sul, São Pedro do Turvo, Ourinhos, Canitar, Santa Cruz do Rio Pardo, Espírito Santo do Turvo, Xavantes, Ipauçú, Bernardino de Campos, Óleo, Timburi, Pirajú, Sarutaia, Fartura, Tejupá e Taguaí.

consumidos nos mercados desta região, sendo os fatos somente constatados através de entrevistas informais com alguns representantes, em conversas rápidas, apesar de importantes e esclarecedoras. Logicamente, também não foi suficiente a quantidade de entrevistas com produtores agrícolas, que representou mais um motivo para as generalizações da realidade rural regional.

A falta de um desenvolvimento das concepções em Geografia Urbana também foi uma falha. Ora, entender o desenvolvimento das relações capitalistas de produção é compreender o desenvolvimento das cidades, *locus* da comercialização e distribuição das mercadorias do campo, além de mercado e centro difusor por excelência das técnicas utilizadas no meio rural. Como alertado logo na introdução do trabalho, dois grandes teóricos nunca descuraram do tratamento do campo em relação à realidade total da economia. Tanto Ignácio Rangel quanto Antonio Barros de Castro enxergavam a agricultura dentro da totalidade, entendendo seu funcionamento dentro das transformações das relações de produção e das forças produtivas em nossa formação social nacional.

Seria também de bom grado ter incluído mais duas discussões ao longo do texto. O primeiro deles se refere aos estudos de Maria Rodrigues Benetti (2004), que discute as consequências da abertura comercial dos anos de 1990, que permitiu a incorporação de um sem número de empresas agroindustriais nacionais pelas gigantes oligopólicas mundiais. Outra discussão cara, e também faltosa, refere-se à conceituação do agricultor, donde não colocamos qual o conceito chave para caracterizá-los, seja camponês, agricultor familiar ou apenas produtor agrícola. Nenhuma referência também foi utilizada para designar o que é médio ou pequeno produtor.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Teorias Sobre a Agricultura

No livro *7 Ensaios Sobre a Economia Brasileira*, de Antônio Barros de Castro (1972), em seu segundo capítulo chamado *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil*, o autor discute as várias teorias que perfazem os estudos sobre a agricultura brasileira e assente sobre a dificuldade de interpretar sua importância na economia em sua totalidade. Demonstra essa dificuldade sob a seguinte citação:

Concluindo esta etapa do trabalho, acrescentaríamos que muitas das posições aqui mencionadas contam com a cobertura de teses mais amplas, de circulação internacional, referentes à etapa de transição do feudalismo para o capitalismo, aos problemas estruturais do mundo subdesenvolvido etc. A similitude de análises de maior generalidade e mais sérias pretensões teóricas têm sido usadas tanto para prestigiar concepções, quanto para atacá-las, através da denúncia de “falsas analogias”, “transposições mecânicas” etc. a partir de outros contextos. A reprodução em escala internacional de boa parte das controvérsias existentes entre nós deve, aliás, ser tomada como uma advertência quanto às enormes dificuldades encontradas no terreno. Georgescu Roegen, impressionado com o pouco conhecimento e a muita discordância existente neste campo, inicia um artigo dizendo que não obstante grande parte da humanidade se componha, ainda hoje, de camponeses que em sua grande maioria vivem próximos ou em plena miséria, “a economia agrária constitui até hoje uma realidade sem teoria.” (CASTRO, 1972, p. 94)

Sem a pretensão de iniciar uma exposição teórica de maneira sintomática, as citadas palavras servem para demonstrar ainda a dificuldade em se estudar a agricultura em sua totalidade, perfazendo seu papel na formação sócio espacial nacional. Entender qual é a importância da agricultura em seus aspectos sociais e econômicos é objeto de estudo de uma enorme gama de intelectuais que buscam soluções para a crise agrária brasileira, esta também de difícil consenso teórico. A partir daqui, apesar das enormes divergências existentes acerca da agricultura, será exposto o referencial teórico utilizado neste trabalho, cuja montagem é assentada em diversos autores fundamentais para essa compreensão.

Ainda no referido capítulo do livro de Castro (1972), o autor, num esforço metodológico, sublinha quatro atribuições da agricultura no processo de desenvolvimento econômico, sendo eles: a) geração e permanente ampliação de um excedente de alimento e matérias-primas; b) liberação de mão-de-obra; c) criação de mercado; d) transferência de capitais (CASTRO, 1972, p. 95).

Numa linha aproximada, anteriormente Ignácio Rangel (1962) já havia ressaltado as funções do setor agrícola numa economia em desenvolvimento, sendo: a) “suprir, na quantidade e nas especificações necessárias, os bens agrícolas de que carece o sistema,

consideradas as necessidades do seu comércio exterior”, e b) “liberar, reter ou mesmo reabsorver mão-de-obra, conforme as circunstâncias, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico” (RANGEL, 1962, p. 37).

Podemos depreender que ambos os autores pensam na agricultura como um setor não seccionado da economia em geral, em um país que está em processo de desenvolvimento, por isso referenciam o papel deste setor como liberador de mão de obra, matérias primas, alimentos, capital etc., num Brasil que está se industrializando e urbanizando.

Dentro do contexto de urbanização e industrialização da economia nacional é que podemos enxergar as transformações na agricultura brasileira. As transformações oriundas do desenvolvimento do capitalismo na economia não se desvencilham do setor agrícola, imprimindo a este um papel cada vez mais especializado dentro da divisão social do trabalho.

De maneira clara, Ignácio Rangel (1962) estuda esse processo de desenvolvimento do capitalismo e suas implicações na agricultura como a transformação do complexo rural em complexo agroindustrial. O complexo rural é explicado como dotado dos três setores básicos da economia: o primário (que supre produtos agrícolas brutos e explora recursos minerais dos reinos animal, vegetal e mineral); o secundário (que elabora, para auto consumo ou para o mercado, aqueles produtos primários, para construir a casa, o celeiro, os instrumentos rudimentares de trabalho, a roupa, o alimento, ou ainda elabora materiais adquiridos no mercado para o auto consumo); e o terciário (quando se aplica aos serviços de tipo transporte, comércio, armazenagem, administração, educação, saúde etc.) (RANGEL, 1962, p. 38).

Com a divisão social do trabalho, inerente ao processo capitalista de desenvolvimento, as mudanças ocorrem no sentido da especialização produtiva, onde as propriedades rurais passam a dirigir cada vez mais suas horas de trabalho para as atividades tipicamente primárias⁶, gerando excedentes agrícolas para o mercado. Os setores secundário e terciário passam a ser realizados nas estruturas urbanas e industriais e os agricultores tornam-se cada vez mais dependentes dessas atividades, agora realizadas fora de suas terras.

Alberto Passos Guimarães (1989), neste sentido, explica que o agricultor vai perdendo sua autonomia e se torna cada vez mais dependente da agroindústria (tanto à montante com as indústrias de maquinários e insumos agrícolas, como à jusante, diante das indústrias

⁶ Mas cabe uma advertência de Ignácio Rangel, no artigo *Questão Agrária e Agricultura*: “Ora, qualquer pessoa com o mínimo de vivência das coisas da vida rural, especialmente nos países ou regiões subdesenvolvidas, mas não apenas aí, pode saber, primeiro, que a população rural ou camponesa dedica apenas parte do seu tempo à produção que hodiernamente chamamos de bens agrícolas ou *produto do setor agrícola*, sem contar com o fato de que, mesmo da produção propriamente agrícola, somente parte cai sob o controle estatístico e, portanto, da contabilidade social.” (RANGEL, 1979, p. 95)

processadoras de produtos). Num contexto produtivo de alimentos que são consumidos *in natura*, sem a necessidade de processamento, esse esquema de perda de autonomia segue a mesma lógica, onde o agricultor necessita se integrar aos chamados agrosserviços⁷ (distribuição, mercados atacadistas, varejistas, empresas de exportação e estruturas de intermediação), tal como explicado por José Sidnei Gonçalves (2005).

Essa dependência crescente é fruto da complexidade das relações sociais inerentes ao processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista na economia. As transformações sociais fazem com que todos os agentes envolvidos sejam produtores de mercadorias, trocando-as entre si, inclusive os agricultores que são levados cada vez mais à produção de excedentes ao mercado. Aqui, duas apreciações de Karl Marx tornam-se necessárias para a compreensão desse modo de produção, onde, em primeiro lugar, “a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista, aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar.” (MARX, 1983, p. 45). Em segundo lugar, dentro do contexto da divisão social do trabalho, que leva à especialização⁸ produtiva do setor primário, Marx (1983) nos adverte que:

[...] a divisão social do trabalho confronta produtores independentes de mercadorias, que não reconhecem nenhuma outra autoridade senão a da concorrência, a coerção exercida sobre eles pela pressão de seus interesses recíprocos, do mesmo modo que no reino animal o *bellum omnium contra omnes* preserva mais ou menos as condições de existência de todas as espécies. (MARX, 1983, p. 280⁹)

É importante salientar esse aspecto, pois os agricultores enquanto produtores de mercadorias se confrontam, buscando sempre a melhor margem de lucro ou pelo menos que os preços impostos pelo mercado sejam compatíveis com a reprodução de sua vida material.

Para o entendimento do decorrer histórico e da concorrência entre os produtores agrícolas, que levam seus produtos ao mercado, nos encontramos com a categoria de análise da renda da terra desenvolvida¹⁰ por Karl Marx. Essa categoria de análise permite o entendimento do desenvolvimento histórico da relação de classes sociais com a terra, onde podemos compreender tanto a transição feudo-capitalista (transformação da renda trabalho, produto e dinheiro em renda capitalista da terra) quanto a diferenciação de rendas auferidas pelos produtores de mercadorias agrícolas no modo de produção capitalista (renda diferencial).

⁷ Entendida dentro da estrutura de agronegócios do complexo produtivo da agricultura (GONÇALVES, 2005).

⁸ Serão utilizadas duas formas de especialização produtiva da divisão social do trabalho nesta pesquisa. A primeira delas já foi apresentada, que é a especialização produtiva do setor primário, e a segunda é a especialização regional da produção agrícola, como será exposto posteriormente.

⁹ A passagem em latim significa “A guerra de todos contra todos”.

¹⁰ O primeiro estudioso da renda da terra foi David Ricardo, cujos pressupostos Marx criticou e desenvolveu posteriormente.

A transição feudo-capitalista pode ser observada na mudança da produção natural para a produção de mercadorias. Lênin (1982) observa essa realidade no contexto russo e cabem analogias importantes para a realidade brasileira, tal como será desenvolvida neste trabalho. Nessa transição, as relações capitalistas de produção engendram uma diferenciação no seio do campesinato, onde alguns, com mais capacidade técnica, capital e inserção no mercado, tornam-se camponeses ricos e médios, enquanto outros empobrecem, não tendo outra solução senão vender sua força de trabalho fora de suas terras ou mesmo tendo de arrendar ou vender suas propriedades. Neste interim é que entendemos, superficialmente, a formação do mercado interno e da liberação de mão de obra para os demais setores econômicos.

Outra constatação importante de Lênin, que se relaciona com a diferenciação supracitada, é sobre a relação de classe dos produtores agrícolas com a terra, onde assinala que “os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária” (LÊNIN, 1980, p. 92). Esta partilha não é homogênea e gera a diferenciação de acumulação entre os agricultores num contexto de mercado capitalista.

É de fundamental importância o entendimento que no modo de produção capitalista tão pouco é assegurada a reprodução das condições materiais somente pela posse de um quinhão de terra. A questão da renda diferencial é fundamental nesse entendimento, pois ela busca a compreensão das diferentes rendas através da comparação entre fertilidades do solo, da distância do mercado, dos investimentos produtivos etc., as quais engendram lucros suplementares diferenciados, ocasionando assim, diferentes acumulações.

Karl Kautsky (1968) entende que ao camponês é necessário dinheiro, pois a indústria capitalista elimina a indústria doméstica do camponês (para o próprio consumo). O camponês vai tornando-se um “agricultor puro” na transição feudo-capitalista, e seu único modo de conseguir dinheiro (necessário para a compra de bens fundamentais para a sua sobrevivência e também para o investimento produtivo em suas terras) é produzindo para o mercado.

É importante também compreender a relação entre as teorias acima expostas. Sumariamente depreende-se que o capitalismo, ordenando a divisão social do trabalho, transforma o camponês em um agricultor produtor de mercadorias. No entanto a sua inserção no mercado não é harmoniosa e sua relação com outros produtores agrícolas é de concorrência. Aqui as rendas auferidas são diferenciadas. Temos que compreender neste contexto que a posse ou a disponibilidade de terra não garante a sobrevivência dos

agricultores, pois no modo de produção capitalista o meio de produção fundamental, teoricamente, é o capital e não a terra¹¹.

1.2. Categoria da Formação Sócio Espacial

Diante da explicitação teórica basilar sobre a agricultura, não podemos simplesmente a partir de agora aplicá-las mecanicamente ao contexto do objeto de estudo do atual trabalho, como demonstrado por Castro (1972) no início da exposição da fundamentação teórica.

Até agora o esforço teórico geral percorreu o caminho para reconhecer as transformações na agricultura provocadas pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção. A fuga da aplicação mecânica das teorias elaboradas pelos autores, cujos objetos eram essencialmente outras formações sociais, como Lênin para a Rússia e Kautsky para a Europa Ocidental, consiste em buscarmos um aparato teórico capaz de sinalizar as particularidades do desenvolvimento nacional brasileiro. Neste contexto ascende a categoria de análise da Formação Econômica e Social (FES)¹², cuja utilização na ciência geográfica foi desenvolvida por Milton Santos como Formação Sócio Espacial. É de fundamental importância o apoio na formação sócio espacial uma vez que ela “diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso” (SANTOS, 1977, p. 82). Uma passagem de Milton Santos exprime sua visão da relação entre formação sócio espacial e modos de produção:

O modo de produção expressa-se pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho. O novo procura impor-se por toda parte, porém sem poder realizar isso completamente. O velho é o modo de produção anterior, mais ou menos penetrado pelas formas sociais e pelas técnicas que correspondem ao modo de produção novo, mas sempre comandado pelo modo de produção novo. Daí chamar-se a esse modo de produção “atual”, em plena existência, um modo de produção

¹¹ É importante constatar que a terra é o meio de produção fundamental na Idade Média, na sociedade feudal.

¹² A utilização desta categoria de análise está presente em autores como Lênin (1982), Antônio Gramsci (1987) e Ignácio Rangel (1957). Quanto ao livro apontado de Lênin, cabe uma referência às palavras de José Paulo Netto, que escreveu a introdução deste livro para a edição brasileira: “O *Desenvolvimento* é a mais ‘russa’ de todas as grandes obras de Lênin – e, paradoxal e exatamente, aí me parece residir a sua universalidade. Porque não se trata, neste livro, de ‘aplicar’ um método preciso – no caso, aquele elaborado por Marx – a uma dada realidade. Antes, o procedimento leniniano consiste, a *partir* desse método, em agarrar a realidade de modo tal que a sua particularidade não resulte subsumida no reducionismo inerente às instâncias teórico-metodológicas. Daí, também, a sua criatividade: o aparato metodológico não retorna, desse mergulho na particularidade, idêntico a si mesmo, mas se amplia e se enriquece com novas determinações. A *universalidade* deste texto se encontra na sua *exemplaridade*.” (NETTO, 1979, p. XXI)

puro: ele não se realiza completamente em parte alguma. Daí, igualmente, a história espacial ser seletiva.” (SANTOS, 1972, apud SANTOS, 1977, p. 87)

Sumariamente, “o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização, e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*” (SANTOS, 1977, p. 85). Quanto a não existência de um modo de produção puro podemos somar a questão da “contemporaneidade do não-coetâneo” (RANGEL, 1957, p. 299), que seria a coexistência de modos de produção historicamente situados em épocas diversas do desenvolver da sociedade e que denotam uma particularização de uma determinada formação social. Podemos entender isto na citação acima de Milton Santos, quando fala da interação entre o “velho” e o “novo” modo de produção, sinalizando sua concepção de temporalidades que determinam a configuração espacial. Ignácio Rangel, em sua análise econômica do Brasil, explicita que:

Houve quem pretendesse também explicar a história do Brasil como importação de formas e culturas estrangeiras, sem atentar para o fato de que realmente vamos construindo um edifício original e que, se aqui ressurgem institutos de outras era que a história clássica registra, a única razão disso está em que a história da civilização não é nem milagre nem acaso. (RANGEL, 1957, p. 299)

Essa originalidade é a nossa formação econômica, social e espacial¹³. Para Ignácio Rangel, nossa formação é conformada por duas ordens de relações de produção (modos de produção), sendo uma interna e outra externa (mais avançado), indicando, pois, que nossa evolução histórica não é autônoma. Essas relações não se justapõem mecanicamente, mas estão em unidade dialética, tornando nossa formação social algo singular. Aqui está, resumidamente, sua teoria sobre a dualidade básica da economia brasileira (RANGEL, 1957).

Dentro da formação social nacional também existem particularidades regionais que necessitam ser analisadas. Aqui será estendida esta categoria de análise, então, para a singularidade geográfica regional e local, cuja aplicação será necessária para o entendimento do estudo em questão. Aliás, sinalizar para essa singularidade geográfica é de fundamental importância, pois as múltiplas determinações que conformam as diferentes regiões circunscritas no território brasileiro permitem um entendimento menos rudimentar do espaço estudado. É importante, neste contexto, fazer ascender a teoria das combinações geográficas desenvolvidas por André Cholley (1964), que entende o objeto da geografia enquanto as múltiplas realidades existentes condicionadas pelas combinações entre os elementos bióticos, abióticos e sociais.

É necessário o entendimento dessas teorias uma vez que a realidade tal como nos é apresentada está longe de fornecer os subsídios para a compreensão da essência por trás da

¹³ Ao longo deste trabalho, *formação econômico social*, *formação sócio espacial* ou simplesmente *formação social* serão aplicadas enquanto sinônimas.

aparência. Neste contexto, apesar de Karl Marx nunca ter deixado nenhum legado mais condensado sobre o método para se estudar a sociedade, dentro de sua obra encontramos um pequeno texto chamado de “*O Método da Economia Política*” (MARX, 1999) com grandes revelações para a compreensão da realidade econômica e social.

Sinteticamente, Marx, neste pequeno texto, explicita que a Economia Política clássica tende a começar seus estudos a partir do aparentemente “concreto”, ou seja, principiando dos estudos sobre a “população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção e consumo anuais, os preços das mercadorias etc.” (MARX, 1999, p. 39). Em seguida, critica esta postura ensinando que “No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso”, pois “a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”, que:

por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital etc. Estes supõe a troca, a divisão social do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc., não é nada. (MARX, 1999, p. 39)

Segue que se se começasse pela população a estudar uma realidade nacional, “teríamos uma representação caótica, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples”, assim, “do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples”. Destarte, “[...] chegados a esse ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (MARX, 1999, p. 39)¹⁴. Por fim, Marx entende que partir das determinações mais simples é o método cientificamente correto, pois o todo “concreto é uma síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso” (MARX, 1999, p. 39), ou seja, partindo do simples e abstrato para o complexo e concreto, revelando as categorias que determinam a realidade. Claro que para Marx, o todo não é simplesmente a soma das unidades, pois estas configuram como determinações históricas que condicionam a realidade.

Assim, chegamos ao que Lênin sucintamente revela como o método de Karl Marx: “a substância, a alma viva do marxismo, era a análise concreta de uma situação concreta” (LÊNIN apud TSE-TUNG, 1999, p. 57). O concreto, a realidade, conformado pelas múltiplas determinações, entendida pelas abstrações mais simples.

¹⁴ Todas estas citações encontram-se na página 39 da obra citada. No entanto, neste trabalho preferimos reproduzir desta maneira com o intuito de facilitar a escrita, ao invés de uma única citação.

É nesse esforço que pretendemos seguir nosso estudo. A verdade, que é uma totalidade, segundo Hegel, necessita de um entendimento complexo para ser desvendado.

1.3. Categoria da Renda da Terra

Cabe aqui apresentar com mais detalhes a teoria da renda da terra, que é a forma econômica das relações de classe com a terra, desenvolvida por Marx, pois a partir dela podemos ter uma compreensão mais aproximada da realidade. No *Dicionário do Pensamento Marxista*, editado por Tom Bottomore (2001), em sua parte destinada ao breve entendimento desta teoria (*propriedade fundiária e renda da terra*), está escrito que:

Devemos reconhecer que essas diferentes interpretações (FINE, 1979; BALL, 1977; MURRAY, 1977) da análise de Marx, e esses rompimentos com ela, resultam em parte da precariedade do preparo da análise de Marx, tanto no terceiro livro de *O Capital*, como em *Teorias da mais-valia*. O material apresentado constitui, muitas vezes, páginas de quadros e tabelas de preços hipotéticos e rendas diferenciais. (BOTTOMORE, 2001, p. 305)

Fica claro que o entendimento desta teoria pode apresentar mais dificuldades do que soluções, dependendo da interpretação que se leva adiante. Seguindo o que pode ser apreendido da obra, compreendemos que Karl Marx (2008) estuda as formas de renda pré-capitalista e a capitalista. As formas de renda pré-capitalistas (renda fundiária como forma normal de mais-valia e do trabalho excedente não pago devido ao proprietário) são estudadas sob as formas de renda-trabalho, renda-produto e renda-dinheiro, sendo elas uma sequência “evolutiva” que traduz as transformações ocorridas na transição feudo-capitalista.

A renda-trabalho se difere do escravismo, pois nesta o proprietário é dono das terras e da força de trabalho do escravo, ao contrário do feudalismo onde as relações sociais se traduzem na servidão (através da coerção extra econômica). Aqui, o produtor direto lavra as terras que lhe pertencem de fato, mas não de direito, com seus próprios instrumentos, como em todas as outras formas de renda pré-capitalista. O que as difere das outras rendas é a forma de trabalho excedente apropriado pelo proprietário das terras, que se faz através de dias de trabalho nas terras do senhor feudal. Esse trabalho excedente é apropriado em troca do direito de uso das terras do proprietário, cuja finalidade é o trabalho para subsistência.

Já a renda-produto (ou em espécie) é o produto excedente produzido já não mais nas terras do proprietário de direito, mas naquelas onde antes eram destinadas a produção para o próprio consumo, onde é proprietário de fato. O trabalho excedente e a subsistência não se

separam no tempo e no espaço e fica a critério do produtor direto empregar o seu tempo de trabalho. Neste momento, Marx diz que o lucro (forma ainda antecipada e injustificado conceito para esta renda) tem limites fortes, pois sua busca pode por em risco a produção dos meios de subsistência, portanto é inviável. Mas torna-se claro que o produtor direto pode produzir gêneros além dos necessários ao pagamento do foro e da subsistência.

A última renda pré-capitalista é em dinheiro. Essa renda supõe um desenvolvimento já considerável do comércio, da indústria urbana, produção mercantil em geral e, por conseguinte, da circulação monetária; e é importante entender que a relação tradicional e consuetudinária se converte em relação contratual puramente monetária. O produtor direto perde a independência (antes a dependência era apenas em relação aos proprietários de direito da terra) e não se isola mais do conjunto das relações sociais. Nesta renda, apesar da produção de mercadorias, o tempo dedicado à subsistência ainda é maior. É a última forma de renda pré-capitalista e a sua dissolução. Ainda constitui a renda antiga, renda fundiária como forma normal de mais-valia e do trabalho excedente não pago devido ao proprietário. Assim, ainda não constitui excedente sobre o lucro. O lucro (embrionário) só tem força para se desenvolver na medida em que é possível explorar trabalho próprio e alheio que sobre após a prestação de trabalho excedente representado em dinheiro (MARX, 2008).

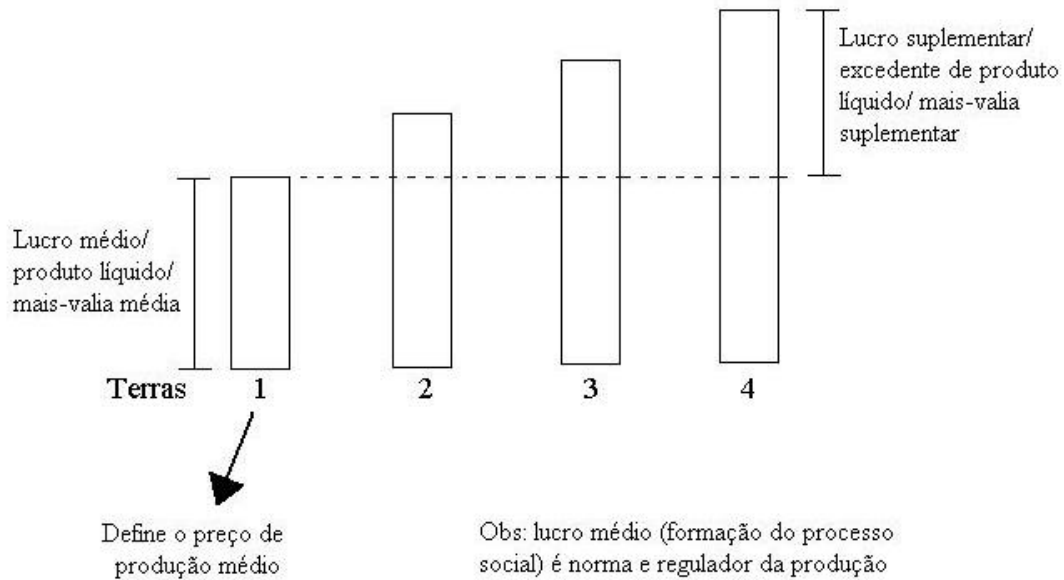
Estamos diante da possibilidade do camponês juntar dinheiro e Marx coloca que essa transformação despoja o camponês para o contrato com o arrendatário capitalista ou leva ao produtor a comprar suas próprias terras. Surgem também os jornaleiros, que são explorados por camponeses mais bem situados.

A continuidade da transformação em sentido capitalista das relações sociais leva à necessidade de se estudar a renda sob outra rubrica, a saber, a renda capitalista da terra (renda capitalizada da terra). Neste tipo de renda, Marx assinala dois tipos de renda: a diferencial (I e II) e a absoluta. A renda diferencial é relacionada com a concorrência entre capitais dentro do setor agrícola, enquanto que a renda absoluta deriva da concorrência entre setores da economia na formação do valor e dos preços de produção, em função da questão da propriedade fundiária. (BOTTOMORE, 2001, p. 305)

A renda da terra (diferencial) é entendida como o lucro extraordinário oriunda da diferenciação de fertilidades e distâncias entre o mercado consumidor (renda diferencial I), sob a mesma quantia de capital investido, e também da diferenciação de quantias de capitais diferentes investidos numa mesma qualidade de terra ou distância de mercado (renda diferencial II). A diferença entre o lucro médio e o lucro extraordinário é quantificada através

da comparação dos terrenos melhores e piores. Estes terrenos piores são os que determinam o preço de produção. O esquema (Figura 1) a seguir explica essa questão:

Figura 1: Esquema Explicativo Sobre a Renda Diferencial



Fonte: Marx (2008). Elaboração do autor.

O preço de produção médio é medido segundo os custos para pagar salários, comprar sementes e adubos etc. (mercadorias que os agricultores não produzem por causa da divisão social do trabalho), capital constante para repor os desgastes das máquinas etc. (MARX, 2008). O pior terreno define esses preços de produção e conseqüentemente também o lucro médio que pode ser auferido. Nesse contexto, Karl Kautsky afirma que:

Inversamente (à indústria), na agricultura, não são as despesas de produção necessárias num terreno médio que determinam o preço de custo. Quanto, ao lado do melhor terreno, se cultiva um inferior, de superfície maior, não precisamos atribuir essa diferença, como já notamos, a circunstâncias extraordinária ou a qualidades pessoais do agricultor. Isto acontece porque o terreno melhor não basta, por si só, a produzir os gêneros necessários para a subsistência da população. Mas o capitalista – trata-se aqui apenas da exploração capitalista do solo – exige da empresa a que se dedica, além do preço de custo, o lucro usual. O terreno inferior só será pois explorado por capitalistas se a insuficiência da oferta fizer subir os preços dos gêneros a tal ponto que mesmo a cultura desse terreno inferior renda bastante. Isto quer dizer que na agricultura não são as despesas de produção necessárias para um terreno médio, mas as necessárias para o *pior terreno*, que determinam o preço de produção. (KAUTSKY, 1968, p. 85)

Definido os preços de produção no pior terreno, assim como o lucro médio (usual) que pode ser auferido, a renda diferencial (lucro extraordinário) aparece em outros terrenos devido

às melhores condições de fertilidade do solo ou distância dos mercados, que se mostram como vantagens produtivas.

Nesta suposição, os preços pagos pelo mercado são constantes, permitindo o lucro médio pelo pior terreno. Mas caso os preços dos gêneros no mercado caiam (em função de um aumento da oferta desses gêneros, por exemplo), a exploração do pior terreno terá de ser abandonado. Os rendimentos (em preço) que uma determinada parcela do solo pode produzir são definidos por uma série circunstâncias de mercado. A renda não é definida pela massa do produto agrícola produzido, pois a massa do produto agrícola pode acarretar em decréscimos no valor (p. ex.: numa crise de superprodução), quanto pode aumentar seu valor devido às más colheitas, aumentando os preços dos produtos agrícolas. Assim, a produção agrícola deve estar vinculada às demandas (de mercado).

O outro aspecto da renda da terra no capitalismo, além da renda diferencial, é a renda absoluta. Esta renda é oriunda da existência da propriedade privada da terra. Como acima exposto, ela deriva da concorrência entre setores econômicos no processo de formação do valor e dos preços de produção. Três passagens de Kautsky exemplificam a diferença entre as rendas: “A primeira (renda diferencial) resulta dos preços de produção. A última (renda absoluta) provém do desvio entre os preços do mercado e os preços de produção.” (KAUTSKY, 1968, p. 95). Ainda:

A primeira é constituída pelo excedente, pelo lucro extraordinário que o trabalho num solo melhor, ou de situação mais favorável, proporciona. A última, pelo contrário, não resulta da mais-valia realizada por certos serviços agrícolas. Ela só é possível, pois, mediante um *desconto* feito pelo proprietário territorial sobre os valores existentes, em desconto sobre a massa da mais-valia, uma diminuição, portanto, do *lucro*, ou um desconto sobre o salário. Se os preços dos gêneros e os salários aumentam ao mesmo tempo, o lucro do capital diminui. Se os preços dos gêneros aumentam, sem que se verifique uma alta proporcional de salários, as vítimas serão os operários. [...] Pode enfim, acontecer, e é geralmente o que se verifica, que os operários e os capitalistas dividam entre si a perda que a renda territorial absoluta lhes inflija. (KAUTSKY, 1968, p. 95)

A terceira passagem que ilumina a renda absoluta é a seguinte:

Ela constitui (a propriedade territorial) um monopólio em todos os países velhos, e pode deixar o seu solo sem cultivo se este não der nenhuma renda. Onde todos amam, Carlos não pode odiar; onde cada proprietário fundiário embolsa a sua renda, o dono do pior terreno, terreno que não proporciona nenhuma renda diferencial, reivindica também o seu quinhão. Ele só ordena o aproveitamento do seu solo no momento em que os preços dos gêneros ultrapassem o seu preço de produção, de maneira que lhe assegurem, igualmente, um lucro extraordinário. (KAUTSKY, 1968, p. 91)

Dentro da sociedade, o proprietário pode intervir de modo arbitrário, colocando ou não suas terras para a produção. Do mesmo modo, diferenciando drasticamente o valor de

mercado dos preços de produção, interfere na economia não agrícola, nos setores urbano-industriais. Mas é claro que existe um limite para estas condições indicadas pelo próprio mercado, pois se os preços colocados pelos proprietários forem acima daqueles possíveis de serem pagos pelos trabalhadores e capitalistas, estes deixaram de consumir ou investir na terra (como na relação entre proprietários e arrendatários, na qual Marx sintetiza algumas vezes o conflito de classes na questão da renda da terra).

Para finalizar a discussão dentro da renda capitalista da terra, na distinção teórica entre renda diferencial e absoluta, Karl Kautsky novamente é interessante:

Na prática, não se distinguem as duas partes da renda territorial. Não se pode determinar qual é a proporção da renda diferencial e qual a renda absoluta. Ordinariamente a essas duas partes da renda fundiária ainda se mistura o juro do capital adiantado, pelo proprietário territorial, para despesas especiais. Quanto este último é ao mesmo tempo agricultor, a renda territorial aparece como uma parte do lucro da exploração agrícola. (KAUTSKY, 1968 p. 94)

Nessa discussão sobre a renda da terra, é importante remeter ao que se entende por preço da terra, compreendida como renda da terra capitalizada. Aqui, dois pontos são iluminadores dentro da questão teórica, a saber:

(a) Não sendo produto – ou na decisiva medida em que não o é – a terra não tem *valor* objetivamente pesquisável, como *trabalho socialmente necessário*, ou por outro modo de mensuração do seu custo de produção; (b) Não obstante, a terra tem um *preço*, o qual se determina por analogia com o *capital*, isto é, como *capitalização da renda territorial*. Noutros termos, o *preço da terra* propende para o correspondente ao *valor do capital* que (no seio da mesma economia e coetaneamente) produza um lucro igual à sua renda. (RANGEL, 1978, p. 93)

A questão sobre o preço da terra é fundamental, pois historicamente existem diferenças nos preços dos solos e esse fato pode sintetizar a renda da terra no capitalismo, ou, comumente chamada, da renda capitalizada da terra. Essa renda capitalizada é utilizada por muitos autores como meio de se entender as relações de classe com a terra. No presente trabalho de conclusão de curso, poderemos ver que os preços da terra variam tanto espacialmente quanto historicamente, sendo condicionadas pelo desenvolvimento das relações sociais no país.

1.4. Especialização Produtiva

1.4.1. Divisão Social do Trabalho

Apresentaremos duas formas de entender a especialização produtiva¹⁵. A primeira especialização pode ser observada no caráter próprio divisão social do trabalho engendrada pelo desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Ora, a antiga composição onde todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário) estão presentes numa mesma estrutura espacial (no nosso caso fazendas e sítios, p. ex.) vai se decompondo; sumariamente, a economia natural (onde as diversas unidades produtivas executavam internamente todos os tipos de trabalho) é desagregada e as cidades e a industrialização vão se especializando nas atividades antes artesanalmente produzidas no complexo rural. Em relação às atividades agrícolas, Lênin aponta que “É evidente que a separação entre as indústrias transformativas e as extrativas, a separação entre manufatura e agricultura, transforma a própria agricultura em uma indústria, ou seja, num ramo econômico que produz *mercadorias*” (LÊNIN, 1982, p. 14). Ainda, Lênin explicita que “é esse progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho que constitui o elemento fundamental no processo de formação de um mercado interno para o capitalismo” (LÊNIN, 1982, p. 13). Aparecem unidades econômicas heterogêneas, cada uma especializada em determinado ramo e trocando seus produtos no mercado.

Para Ignácio Rangel, além das questões expostas no capítulo *Fundamentações Teóricas* sobre o complexo rural, é importante salientar outra passagem do autor relacionado ao processo de divisão social do trabalho:

Um dos mais complexos problemas do ordenamento do desenvolvimento econômico está relacionado com este fato, isto é, trata-se de fazer com que o processo de desmantelamento da autarquia familiar especialmente das grandes massas camponesas, mas não apenas delas – embora inevitável e afinal, desejável –, porque não pode haver desenvolvimento sem divisão social do trabalho, seja feito em ritmo que se harmonize com o processo paralelo de organização da economia social extrafamiliar, que deve receber e utiliza proveitosamente o tempo de trabalho liberado pela economia natural familiar¹⁶. (RANGEL, 1979, p. 96)

Fica claro na citação acima que numa economia em desenvolvimento a divisão social do trabalho é fundamental. Marx é incisivo neste ponto quando alerta que “A que ponto as

¹⁵ Esta explicitação de “duas” especializações produtivas na verdade é uma tentativa “didática” do autor para entender alguns aspectos do desenvolvimento agrícola.

¹⁶ É fundamental a continuidade desta passagem, onde: “Um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão-de-obra pelo *complexo rural* ou autarquia familiar e de integração dessa mesma mão-de-obra no quadro da economia social (de mercado ou socialista) – é precisamente o traço dominante do fenômeno estudado como *crise agrária*.” (RANGEL, 1979, p. 96)

forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de modo mais claro pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho” (MARX, 1985, p. 114).

No entanto, Rangel adverte que:

Embora a tendência geral seja no sentido da especialização, o que, no limite, acabaria por suprimir a produção natural, subordinando toda a atividade produtiva aos imperativos da divisão social do trabalho, aquele limite não foi alcançado em parte alguma – nem em nenhum país do mundo, nem em nenhum dos setores integrantes dos diversos sistemas econômicos nacionais. Mesmo no quadro urbano, parte da atividade laboral orienta-se para o autoconsumo, pelo menos no interior da casa de família, que aos seus membros, presta numerosos serviços, além de várias atividades classificáveis como indústrias de transformação (RANGEL, 1986, p. 149).

Ignácio Rangel busca explicar que parte da produção para o autoconsumo muitas vezes não é contabilizado pela economia. O caráter sazonal da agricultura permite que parte do tempo de trabalho se destine à produção natural, normalmente ocupado pelos membros inativos da família. Mas deixa claro que a produção das condições materiais de vida depende de uma renda monetária (no capitalismo), que é exclusivamente adquirida através da produção agrícola excedente ou venda da força de trabalho no mercado. Neste aspecto é que devemos entender que o mercado é indispensável para a reprodução da família do campo.

1.4.2. Especialização Produtiva Regional

A segunda especialização produtiva na agricultura tem relação com o tipo de cultura desenvolvida em determinada gleba de terra e região. José Sidnei Gonçalves é claro quando busca desmistificar uma possível diversificação da produção agropecuária paulista:

A incontestável modernidade estrutural e produtiva da agricultura paulista coloca limites ao conceito de diversificação agropecuária. As agroindústrias processadoras e, quando não, as logísticas de padronização e beneficiamento de produtos “*in natura*”, fundamentais agregadoras de valor ao produto agropecuário, implicam na configuração de um entorno de elevada especialização produtiva. Isto se mostra fundamental para a redução dos custos de produção e de transação, definidores da competitividade interna e externa. [...] Tem-se, assim, espalhada pelo território paulista uma imensa gama de agropecuárias regionais especializadas que conformam o aproveitamento de oportunidades sócio-edafo-climáticas diferenciadas. Estas conferem singularidade a esses espaços produtivos, mas situam-se muito longe da idéia de que isso conforme uma realidade de diversificação agropecuária. (GONÇALVES, 2006)

O produtor, enquanto parte da divisão social do trabalho, deve destinar seus produtos ao mercado e é por esse motivo que um dos pressupostos basilares de sua produção é a

estrutura mercadológica (circulação da produção), diminuindo sua autonomia, seu livre arbítrio, em escolher a produção que mais lhe convém. Aliás, o que mais lhe convém, em função do próprio caráter mercantil, é a produção que lhe permite auferir mais renda. Espíndola e Medeiros neste contexto aludem este fato, explicando que “a produção agrícola responde em primeiro lugar ao preço; em segundo, à demanda” (ESPÍNDOLA; MEDEIROS, 2006).

Sendo o mercado constituído historicamente, a localização das especializações agrícolas segue a lógica geográfica do desenvolvimento das relações de produção e das forças produtivas da sociedade na formação sócio espacial. Nesse sentido, a partir da intensificação do processo de industrialização brasileira, podemos notar uma tendência à organização do espaço agrícola da seguinte maneira:

Além do “boom” industrial, a agricultura do Sudeste, principalmente de São Paulo, passou por enormes transformações. O estado de São Paulo que até 1930 era um “mar de café” com poucas exceções, como sua fachada atlântica, a região de Sorocaba e o oeste paulista ainda em matas, desenvolveu uma agricultura moderna, em semi-círculos, obedecendo fielmente ao esquema agrário de Von Thünen. A capital paulista foi deixando de ser a “metrópole dos fazendeiros” (P. Monbeig), para se tornar a gigantesca metrópole urbano-industrial do Brasil, ofuscando o Rio de Janeiro e estimulando a criação espacial em semi-círculos de “cinturões” de abastecimento ao seu redor: 1) cinturão verde horti-granjeiro, sob direção da Cooperativa Agrícola de Cotia, 2) cinturão frutícola (uvas, figos, etc.) em Jundiaí e arredores, 3) bacia leiteira do Vale do Paraíba e Mantiqueira, 4) cinturão da cana-de-açúcar em Piracicaba, Ribeirão Preto, etc., 5) cinturão do algodão e engorda de gado bovino no Oeste Paulista e 6) cinturão da criação extensiva de bovinos no Centro-Oeste. (MAMIGONIAN, 2010)¹⁷

Essas áreas altamente especializadas refletem localidades onde determinadas culturas desfrutavam de melhores condições de produção naturais e econômicas. É interessante notar, por exemplo, a localização do então cinturão verde da Cooperativa Agrícola de Cotia¹⁸, cujas produções tinham alcance muito abrangente, não somente circunscrita ao consumo imediato

¹⁷ Explicitando a organização espacial nacional da agricultura sob o impulso da industrialização brasileira, Armen Mamigonian continua: “Como no esquema espacial agrário descoberto na Europa por Von Thünen em inícios do século XIX, no Brasil também os cinturões intensivos estão nas proximidades da capital paulista e os extensivos mais distantes, mas é curioso lembrar que cronologicamente, o primeiro abastecimento a se estruturar foi o de carne bovina, com a criação extensiva em Goiás e Mato Grosso, a engorda de gado no Sul e Minas Gerais e o abate no Rio de Janeiro, ao longo de todo o século XIX. Com o tempo este esquema passou a ser comandado por São Paulo, enquanto o Rio foi perdendo espaço. Os demais cinturões foram surgindo e se consolidando de 1930 a 1960 nos arredores mais próximos de São Paulo. Vários destes cinturões acima citados se tornaram abastecedores não só de São Paulo e complementarmente do Rio, como abastecedores das grandes cidades do Norte e Nordeste, de Manaus a Salvador, como o caso da produção hortícola da Cooperativa Agrícola de Cotia, no fornecimento de leite em pó da Nestlé, que foi oligopolizando a bacia leiteira de São Paulo e no fornecimento de frangos e produtos suínos (Sadia e Perdigão). Em todos estes casos as produções referidas acabaram bloqueando o desenvolvimento de concorrência no Nordeste e no Norte. Estas inibições não ocorreram no Sul do Brasil, que acabou capturando para si o cinturão de criação de suínos e aves (Oeste de Santa Catarina e do Paraná), forçando a queda da suinocultura em Minas Gerais e da avicultura em São Paulo, sem esquecer que Porto Alegre e Curitiba criaram seus próprios cinturões de abastecimento (hortícola, leiteiro, etc.)” (MAMIGONIAN, 2010).

¹⁸ A Cooperativa Agrícola de Cotia encerrou suas atividades em 1994.

da região metropolitana de São Paulo, mas ofertando produtos para o país inteiro. Cabe como um parêntese ressaltar que, nesse sentido, junto ao desenvolvimento industrial, existe o desenvolvimento das estruturas logísticas que permitem o transporte dos produtos agrícolas.

Milton Santos tece duas explicitações interessantes nesse interim, onde: 1) de que na análise do campo, o que se torna importante é a circulação das mercadorias, e não a produção propriamente dita (SANTOS, 2000); e 2) que com a modernização agrícola e com a intensificação das relações de troca, a concorrência se faz com produtores de origens cada vez mais longínquas (SANTOS, 1988). Novamente, concernente ao item 1, tão somente a produção (propriamente dita) não tem sentido se não tiver alcance mercadológico e não gerar renda. Quanto ao item 2, uma citação de Ignácio Rangel se encaixa bem:

A valorização urbana e suburbana é produto do surto de urbanização que acompanhou a industrialização. Contribuiu para arruinar o pequeno produtor agrícola suburbano – num sentido muito amplo do termo suburbano – visto que coincidiu com o surto rodoviário, que melhorou as condições de competição do agricultor mais distante dos centros de consumo. E uma vez que aquele pequeno agricultor tinha acesso direto ao consumidor urbano, seu desaparecimento fortaleceu a posição do oligopólio intermediador da produção agrícola distante, que ficou senhor absoluto do mercado. (RANGEL, 1962, p. 65)

A especialização produtiva faz com que determinadas áreas desenvolvam melhores condições de produção do que outras; e a estrutura logística faz com que suas produções tenham grande alcance, muitas vezes concorrendo em melhor monta contra os antigos produtores arruinados. A cidade, outrora consumidora de produtos oriundos de sua hinterlândia¹⁹ imediata, agora consome produtos de origens longínquas, e os produtores das áreas circunvizinhas tem de buscar sua inserção no mercado através de sua inserção de forma competitiva num mercado cada vez mais concorrido com áreas especializadas ou buscar sua inserção em novas culturas.

¹⁹ “A economia urbana jamais é auto-suficiente pois das atividades produtivas uma não pode ser desenvolvida em seu seio: a produção de alimentos. [...] Constituem, portanto, o *hinterland* de um núcleo urbano todas aquelas áreas agrícolas que cedem à cidade (sob forma de venda de mercadorias, pagamento de impostos, oferendas religiosas, etc.) parte de seu excedente e consomem, em alguma medida, bens ou serviços da cidade.” (SINGER, 1968, p. 7)

2. FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DA REGIÃO DE OURINHOS

Para um entendimento histórico da ocupação da região de Ourinhos, propomos a divisão em três períodos históricos, que serão abaixo detalhados: os Pioneiros, a Cafeicultura e a Expansão da Agroindústria Canavieira.

2. 1. Pioneiros

Para Milton Santos:

Pode-se dizer que a Geografia se interessou mais pela *forma* das coisas do que pela sua *formação*. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede de apreender a realidade se não se faz intervir a História. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a História não se escreve fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (SANTOS, 1977, p. 81)

Partindo deste pressuposto, não podemos iniciar uma análise geográfica se não compreendermos o desenrolar histórico que conformou o espaço estudado. Os princípios da ocupação das terras da região de Ourinhos tem início no contexto da vinda de contingentes populacionais das Minas Gerais. Quando ocorre a compra de terras por Jacintho Ferreira de Sá, cujas propriedades estavam em nome de Dona Escolástica (Melchert da Fonseca), grupos populacionais já se encontravam por estas áreas. As primeiras movimentações datam de meados do século XIX. Tanto Pierre Monbeig (1984) quanto Diores Santos Abreu (1997) destacam o nome do mineiro José Teodoro de Souza como um dos pioneiros que vieram desbravar os Sertões do Paranapanema (ou Vale do Paranapanema, que abrange toda área do rio homônimo, desde Sorocaba e Botucatu até o Rio Paraná), cujas paisagens eram florestas salpicadas de manchas de solo pouco férteis²⁰ e de vegetação rarefeita, uma mistura da grande floresta com campos mais ou menos abertos (MONBEIG, 1984, p. 75). Em 1856 data seu primeiro título de terras no espigão (divisor de águas) entre as Bacias do Rio do Peixe e do

²⁰ Exceção às terras roxas: “A terra roxa da frente e do reverso da *cuesta*, onde afloram camadas irregulares de basalto, atraiu os fazendeiros. [...] Pode ser acompanhada no amplo vale consequente do rio Paranapanema (municípios de Piraju, Xavantes e Ipauçu), estreitando-se e formando uma faixa vizinha ao rio.” (MONBEIG, 1984, p. 76)

suficiência artesanal. Por isto mesmo o Marquês do Lavradio, em 1779, salientava "a independência com que os povos de Minas se tinham posto dos gêneros da Europa, estabelecendo a maior parte dos particulares, nas suas próprias fazendas, fábricas e teares, com que se vestiam a si e à sua família e escravatura, fazendo panos e estopa e diferentes outras drogas de linho e algodão, e ainda de lã" (MAMIGONIAN, 1992).

O segundo aspecto fundamental no processo de ocupação pioneira refere-se à Lei de Terras de 1850 e aos preços fundiários da época. Quanto a Lei de Terras:

A rigor, as terras no Serão do Paranapanema nunca foram legalmente de ninguém. José Teodoro de Souza, João da Silva Oliveira e Francisco de Paula Moraes realizaram suas posses depois de 1850, no que estavam impedidos pela Lei de Terras daquele ano. Assim, aqueles três mineiros venderam terras que não eram suas por lei. E o Governo, talvez tenha legalizado uma ou outra propriedade dos sertanistas que vieram depois, fazendo vistas grossas ao rigor da letra da lei, em atenção à ocupação efetiva que vinham realizando em benefício do desbravamento do oeste do Estado. (ABREU, 1977, p. 72)

Assim, apesar de vigorar a Lei de Terras, o Estado fez “vista grossa” para o funcionamento das leis, com a finalidade de não romper com o processo de ocupação que se dava.

Diante da legalização das terras neste contexto, é importante observar que “[...] a terra ainda não estava valorizada; faltavam-lhe homens, faltavam-lhe estradas e estava por mais afastada dos centros urbanos” (MONBEIG, 1984, p. 135). Para Alberto Passos Guimarães era impressionante como a “[...] ínfima cotação da terra, avaliada em apenas 1000 francos o hectare ou 1 conto de réis o alqueire” (GUIMARÃES, 1989, p. 94). Assim, é fundamental entendermos que o preço da terra, como renda da terra capitalizada, é um indicador do valor que pode ser auferido produtivamente de determinado solo, é o que pode render. A renda capitalizada da terra é fruto das relações de classe com a terra, e a sua definição decorre, *pari passu*, com o desenvolvimento das relações sociais e das forças produtivas da sociedade em geral, como discorrido no capítulo anterior. Nessa região estamos diante de uma incipiente ocupação, na qual a produção para o mercado era reduzida em função das baixíssimas taxas de urbanização, onde o desenvolvimento da divisão social do trabalho era pouco, estando no que podemos designar como transição entre renda natural (autoconsumo) e pequena produção mercantil²¹. Nesse momento de ocupação pioneira, os agricultores se ajeitavam numa limitada produção agrícola e na pequena produção mercantil de criação de animais, como gado e

²¹ Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção ocorre uma alteração nas relações sociais no campo no sentido da transformação da antiga produção natural para a pequena produção mercantil, e esta, posteriormente, em produção propriamente capitalista, tal como Lênin (1982) explica em *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

porcos²², que eram vendidos em Lençóis Paulista ou nos longínquos municípios de Botucatu, São Manuel²³ e Cerqueira César com a finalidade em adquirir alguns vestuários, artigos de metal, pólvora etc. Posteriormente, com o surgimento de alguns povoados como São Pedro do Turvo, Santa Cruz do Rio Pardo e Salto Grande, todos originados pela passagem de José Teodoro de Souza, uma pequena comercialização passa a ser feita através dos chamados comércios de secos e molhados²⁴.

2.2. A Cafeicultura

A importância da cafeicultura para a transformação das relações sociais na região deve ser explicada. Cabe ressaltar que a expansão da cafeicultura em São Paulo se deu, sobretudo, a partir de meados do século XIX, cuja produção alcançou 12% em 1859 (na província do Rio de Janeiro era 78%) (GUIMARÃES, 1989, p. 79-80), passando a liderança nacional em fins do século XIX²⁵. (p. 92). A cultura cafeeira na região de Ourinhos-SP entra neste segundo contexto, cuja produção ganha preponderância a partir do final do século retrasado, e o aumento da produção se dá, sobretudo, a partir da chegada da malha férrea em início do século XX.

É neste período também que chega Jacintho Ferreira de Sá, nascido num lugar chamado “Lagoa Seca, na região de Diamantina” (DEL RIOS, 1992, p. 18). Chega a Santa Cruz do Rio Pardo no ano de 1896, com 18 anos, depois de perceber que as oportunidades não estavam nas adjacências das estradas de ferro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro ou na Mogiana.

Em 1908 compra 1065 alqueires de terra da Fazenda Furnas, e em 1910 adquire mais 1230, totalizando 2295 alqueires de boa terra roxa (DEL RIOS, 1992, p. 18). Seu antigo

²² “O principal recurso era a criação de porcos, tradicional em Minas. Bastava semear milhos nos campos desmoitados pelo fogo neles e deixar os animais em liberdade. Quando estes engordavam suficientemente eram conduzidos em extensos rebanhos até Lençóis Paulista e Botucatu. [...] demandavam três a quatro semanas a viagem de Botucatu, através de caminhos mal traçados, muitas vezes confusos e nos quais os pontos de passagem dos rios, eram, os únicos sinais fixos de orientação.” (MONBEIG, 1984, p. 136).

²³ Informação por relato oral do senhor Nem Bernardo, residente na área rural de Canitar-SP.

²⁴ Além de Jacinto, que inaugurou uma casa de secos e molhados em Santa Cruz do Rio Pardo, temos como referência para as primeiras décadas do século XX as famílias Soutello e Zanoto em Ourinhos (DEL RIOS, 1992; MORAES & ROMERO, 2004)

²⁵ Passando de 5,6 milhões de sacas, em 1889, para 10 milhões em 1899.

proprietário era João Manoel da Fonseca Junior, marido falecido de Dona Escolástica²⁶. É interessante notar que quando se dá as compras das terras, o preço de venda era praticamente irrisório²⁷.

Também em 1908 Jacintho Sá consegue da *Estrada de Ferro Sorocabana Railway*²⁸ a instalação de uma estação dentro de suas terras. Para Del Rios: “A Sorocabana foi a primeira estrada de ferro a explorar o interior paulista mais profundo, desempenhando um papel econômico vital como meio de transporte do café, fator de valorização das terras e de formação de centros urbanos.” (DEL RIOS, 1992, p. 21) Neste mesmo sentido, Franciele Miranda Ferreira Dias, baseada em Monbeig, reafirma a importância da ferrovia:

Assim, Monbeig (1984) afirma que o fato da ferrovia adentrar uma propriedade podia influenciar na direção do crescimento da cidade e na valorização das propriedades, sendo, portanto o objetivo dos fazendeiros no período, ter propriedade onde a ferrovia adentrasse, ou próximas às estações, situação ainda mais positivo. (DIAS, 2013, p. 62)

Vale a pena salientar que a efetivação desta cultura agrícola na região se deu em momento oportuno e Pierre Monbeig explica que a região Salto Grande possuía 45 milhões de cafeeiros e a produção havia aumentado rapidamente depois de 1886 (MONBEIG, 1984, p. 171)²⁹. Os novos cafezais e a terra roxa permitiram um rendimento por área de produção muito maior que as antigas áreas de produção.

Quanto ao desenvolvimento urbano, Dias expõe:

²⁶ “Sobravam-lhe também, como herança, terras nos arredores de São Paulo, que seriam loteadas, e outras jamais visitadas, longínquas e difíceis de administrar. Como a *Fazenda das Furnas*, uma paisagem vaga que lhe coube após partilha judicial.” (DEL RIOS, 1992, p. 18)

²⁷ “Os detalhes desse acerto (para desapropriação para a criação do distrito de Ourinho) aparecem na indicação do vereador Vieira de Figueiredo, autor do projeto de desapropriação. Ele propõe agora um pagamento de 5.500\$000 (cinco contos e quinhentos mil réis) a Jacintho Sá pela ‘venda de 15 alqueires de terra de sua propriedade a esta municipalidade’. Mas, na sessão seguinte, a 31 de junho de 1913, o vereador José Rosa apresenta emenda indicando que os terrenos comprados a Jacintho Sá tinham um alqueire e meio e não 15 alqueires ‘como está escrito por engano na ata’. Não foi um mal negócio para Jacintho, que, três anos antes, comprara 1230 alqueires da *Fazendas das Furnas* por 20.000\$000 (vinte contos de réis).” (DEL RIOS, 1992, p. 26)

²⁸ Sobre um dos interesses da expansão dessa ferrovia: “A empresa Sorocabana (1875), embora da mesma época, tece uma circunstância distinta. A elevação dos preços do algodão no mercado internacional durante a Guerra de Secessão norte-americana estimulou a plantação desse produto em São Paulo. A Sorocabana nasceu da necessidade da redução dos custos de transporte dos proprietários de terra ligada a essa cultura.” (SAES, 1974, apud TEIXEIRA, 2004, p. 247)

²⁹ Não encontramos dados sobre a relação da expansão do café na região com as crises de superprodução neste período. Às crises de superprodução do café procederam uma lei que proibia a plantação de novos cafezais 1902, pelo prazo de cinco anos e depois se estendendo por mais um lustro. Em 1906 é criado o Convênio de Taubaté. Antônio Delfim Neto (2009), em seu livro *O Problema do café no Brasil*, destaca esse convênio como uma das primeiras tentativas de intervenção estatal na cultura cafeeira, “no qual se articulava ‘um convênio entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo para o fim de valorizar o café, regular seu comércio, promover o aumento de seu consumo e a criação da ‘Caixa de Conversão’, fixando o valor da moeda.” (*Documentos Parlamentares*, apud NETTO, 2009)

D'Ambrósio (2004) explica que no final do ano de 1908, a E.F. Sorocabana chegou à região do Rio Paranapanema, estabelecendo o quilômetro 501, partindo de São Paulo. O povoado de Ourinhos iniciou-se em 1906, em razão da expansão da ferrovia, que já estava se aproximando da mesma, tornando-se local de parada de viajantes e abrigando os trabalhadores da ferrovia. Nesse ano, as informações dos jornais da região, mostravam que o núcleo urbano de Ourinhos contava com 270 casas. Na margem direita do Rio Paranapanema, a 7 km de Ourinhos, já havia o início da formação de outro povoado, um loteamento denominado Vila Odilon, criado para atender as demandas da produção de café em suas adjacências, mas em especial, da argila retirada das margens paulistas do Rio Paranapanema, que culminou com a implantação das várias olarias. (DIAS, 2013, p. 62-63)

Ourinhos é levada à condição de Distrito de Paz de Salto Grande em 1915, e em 1918 se emancipa. Algumas atividades não-agrícolas estritamente relacionadas e necessários à urbanização tiveram início em Ourinhos neste momento, como os Armazéns Gerais Souza e Soutello (1917) e outros comércios necessários para o abastecimento urbano, como a casa de secos e molhados Zanotto. Del Rios ainda destaca que carroças e carroções do Paraná vinham à procura de cargas nas Casas Comissárias (Zanotto e Amaral), então correspondentes do Comércio do Norte do Paraná. Fica difícil aqui distinguir alguns desses serviços, visto que as casas comissárias eram responsáveis pela intermediação do comércio de café com outros centros ou portos e funcionavam como banqueiros (NETTO, 2009, p. 29). No entanto é de se destacar já a presença de atividades situadas nas cidades³⁰, indicando traços de uma divisão social do trabalho entre campo e cidade nessas áreas.

A cafeicultura e a estrada de ferro permitiu um maior desenvolvimento dos municípios, mas deve ficar claro aqui que a fazenda de café ainda permanecia em relações sociais típicas de “complexo rural”, pois:

Pelo que se depreende da bibliografia existente, a grande fazenda cafeeira tendia a reunir em seu interior atividades não estritamente agrícolas. São elas o beneficiamento do café, a manutenção de maquinários e ferramentas, a fabricação de utensílios diversos, etc. Não raro serrarias e selarias constituíam parte das instalações das grandes fazendas cafeeiras. Essa diversidade de atividades não-agrícolas reflete-se na variedade de ocupações encontradas nas fazendas, conforme tem sido apontada por estudos sobre o assunto (BASSANEZI, 1974; TRUZZI, 1985). Não se sabe, no entanto, o quanto essa diversidade marcou a fazenda de café em geral apenas as grandes propriedades cafeeiras. Em realidade, sabe-se pouco acerca da história do café que se desenvolveu às margens da grande fazenda, envolvendo pequenos produtores que provavelmente dependiam da realização dos serviços subsidiários fora de seus estabelecimentos, possivelmente nas cidades vizinhas. (OLIVEIRA, 1988, p. 7)

Ou seja, muitas atividades ainda eram supridas dentro das fazendas de café. A divisão social do trabalho não era intensa ainda, permitindo a continuidade de diversas atividades no campo.

³⁰ É importante entender que essas atividades provavelmente já existiam em outros municípios anteriores à Ourinhos, pois são essenciais à produção de café e distribuição de gêneros alimentícios nas cidades, como no caso dos comércios de secos e molhados.

A existência de colonos e de sitiantes era grande nessa região, com a permanência de atividades de subsistência e pequena produção mercantil, que abasteciam as pequenas cidades. Cabe aqui tecer um parêntese para a explicação da ocupação de terras na área, contando com a coexistência de grandes fazendas, regime de colonato e sitiantes³¹. Neste contexto se encaixam a história de muitos imigrantes e fazendeiros vindos de outras regiões. Não é de se estranhar, pois o loteamento de antigas fazendas para venda era comum, como aponta Pierre Monbeig (1984). Muitos colonos ascenderam nesse momento, atingindo o status de sitiantes; imigrantes já com alguma poupança formada, tornaram-se fazendeiros; êxodos rumo às cidades para trabalhos urbanos etc. E também havia as populações tradicionais, sitiantes desde a época do início do desbravamento destes sertões. Ao lado do café despontavam as culturas do milho, feijão, algodão e arroz³². Pierre Monbeig assinala que:

O milho e o arroz, campeões das culturas de subsistência da franja pioneira, acham-se estreitamente associados ao feijão e à mandioca. Pode-se falar do *quatuor de base* do sitiante e a fórmula pode ser estendida ao conjunto dos agricultores pioneiros. Esse é o grupo de “cereais” que aparece obrigatoriamente em toda instalação agrícola e que, em um quadro já definido, constitui a roça. (MONBEIG, 1984, p. 253)

As crises dos cafezais também propiciaram a continuidade do loteamento das fazendas. No entanto, é curioso saber que na região de Ourinhos, os rendimentos continuaram altos ainda sob as condições da crise de 1929, como assinala Pierre Monbeig:

A queda dos preços, em 1929, atingiu os fazendeiros quando estavam em vias de aumentas suas plantações. [...] De todas as regiões de terra roxa, uma só mantém, e brilhantemente, uma produção elevada: a de Xavantes, compreendendo também os municípios de Ipauçu, Óleo, Piraju e Ourinhos, com rendimento recorde de 102 arrobas. Deve ser lembrado que essa área acabava de entrar em cena quando desencadeou-se a crise e que deve à juventude de seus cafezais a sustentação do primeiro lugar. (MONBEIG, 1984, p. 255)

³¹ Relato de Domingos Perino Neto à Fernanda Saraiva Romero e Rosemary Reginato de Moraes: “A cidade realmente era muito pequena e uma cidade rural, sabe, tipicamente rural, quer dizer, porque Ourinhos na época também, talvez seja importante dizer isso, existia em Ourinhos a pequena propriedade, sabe. Então você saía da cidade, da vila, né, da aldeia, Ourinhos era uma aldeia, você encontrava então imediatamente sítios, pequenas propriedades, onde se produzia de tudo. Sabe? Onde produzia de forma diversificada, principalmente produção de alimentos, arroz, feijão, milho, mandioca, para não falar em legumes e coisas assim, né, sabe, frutas, né, e era muito interessante e então a zona rural da cidade por ser constituída de pequena propriedade, geralmente propriedade familiar onde as famílias é que se residiam lá, moravam lá e trabalha a terra a própria família, né, uma boa parte da população que era justamente proprietárias destas, desses sítios, dessas chácaras, não é isso? Sempre pequena propriedade.” (MORAES; ROMERO, 2004, p. 162)

³² Quanto ao arroz: “O produtor de arroz não consome senão uma parte da sua colheita, tratada rapidamente e de maneira incompleta para lhe assegurar a quantidade indispensável ao gasto da família, devendo todo o restante ser vendido no centro urbano mais próximo. Há, portanto, interesse em preferir a cultura do arroz, sempre que os meios de transporte permitam seu escoamento rápido.” (MONBEIG, 1984p. 252). Quanto ao milho, “que não envolve transações comerciais consideráveis, o preço não compensa as despesas de transporte e ele aparece em toda parte associado à criação de porcos” (MONBEIG, 1984, p. 252).

A economia cafeeira continuará despontando como a principal cultura agrícola nacional até a década de 1970. Não é a toa que o Instituto de Economia Agrícola (IEA), aponta que cerca de 20% da população do Estado de São Paulo, para o ano de 1958, ainda era dependente da cultura do café e das fazendas (IEA, 1961, p. 17)³³.

Mas podemos observar dois movimentos pela década de 1950. Um deles é a expansão da população urbana, que supera os residentes rurais, como onde “Na década de 1950 a população de Ourinhos era de 21.085 pessoas, de acordo com o IBGE (1950), das quais 7.629 era população rural e 13.457 residiam na área urbana” (DIAS, 2009, p. 52). O outro aspecto interessante é o início da decadência cafeeira e a ascensão de outras culturas, sobretudo a canavieira, pelo menos no município de Ourinhos:

Tabela 1: Ourinhos: Principais produtos agrícolas entre 1940 e 1980

Cana-de-açúcar	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados
	1940	----	----	----
	1950	218	8.000	1
	1970	3.800	163.907	70
	1980	5.949	467.762	24
Algodão em caroço	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados
	1940	----	3.303	336
	1950	1.014	5.845	71
	1970	133	112	17
	1980	25	27	4
Soja	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados
	1940	----	----	----
	1950	----	----	----
	1970	163	215	7
	1980	5.146	10.191	42
Café	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados
	1940	----	2.459	75
	1950	2.502	1.294	49
	1970	920	605	70
	1980	431	120	24
Arroz	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados

³³ “Este total representa uma estimativa parcial de pessoas realmente dependentes do café em São Paulo. A este deveriam ser adicionados aqueles que se ocupam do transporte, do armazenamento e da comercialização do café em todas as comunidades rurais, na capital do Estado e em Santos, assim como o grande número de pessoas que atende às necessidades das fazendas cafeeiras e sua população residente. O total de 2,2 milhões é portanto uma estimativa conservadora, mas mesmo assim corresponde a cerca de 20% do total da população do Estado.” (IEA, 1961, p. 17)

	1940	----	256	280
	1950	737	920	209
	1970	369	342	153
	1980	152	132	51
Milho	Década	Área Plantada (hectare)	Quantidade (ton.)	Estabelecimentos Declarados
	1940	----	332	2.536
	1950	2.031	3.871	229
	1970	2.156	3.999	282
	1980	1.709	4.294	108

Fonte: IBGE: 1940, 1950, 1970, 1980 (apud DIAS, 2009, p. 54)

A instalação de algumas agroindústrias como a SANBRA³⁴ e a BUNGE estimularam também a ascensão da soja, milho e algodão como culturas rentáveis na região na década de 1940, além de proporcionarem a expansão urbana (DIAS, 2009, p. 52). Aqui é fundamental depreender que algumas culturas até então de subsistência ou de pequena produção mercantil passam a ser beneficiadas. Pelo menos três cooperativas também são fundadas: a Cooperativa Agrícola de Ourinhos, a Copa Ouro e a Cooperativa Agrícola Bandeirantes (ROMERO & MORAES, 2004, p. 144).

2.3. A Expansão da Agroindústria Canavieira

Em São Paulo, a cultura cafeeira continua fundamental até a década de 1970, como indica José Sidnei Gonçalves (2006):

Mesmo combatida, a economia cafeeira paulista dominou hegemonicamente o cenário da agropecuária estadual até a década de 1970. Tanto assim que as análises setoriais pontuavam a interessante subdivisão entre valor da produção com café e valor da produção sem café, exatamente para ressaltar a estruturação de novos segmentos produtivos. (GONÇALVES, 2006)

Mas a expansão canavieira teve ascensão já em meados do século XX. O crescimento da produção da cana-de-açúcar por esta região (vide Tabela 1), sobretudo nos municípios circunvizinhos de Ourinhos³⁵, teve início na década de 1950, quando a família Quagliato, descendentes de imigrantes italianos e anteriormente residentes em Porto Feliz-SP, implantaram a Usina São Luiz (Grupo Quagliato) no ano de 1951 em Ourinhos.

³⁴ Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro, norte americana, que industrializava caroço de algodão, amendoim e mamona. (DIAS, 2009, p. 52).

³⁵ Outras usinas grandes na região atualmente são a Cosan – Ipaussú e a Comanche (Canitar).

Para Manuel Correia de Andrade, a ascensão expressiva do estado de São Paulo enquanto produtor de açúcar se deu, pois:

De 1940 a 1945, durante o período da Segunda Guerra Mundial, quando os transportes marítimos foram desorganizados em face dos torpedeamentos dos navios brasileiros, diminuiu o comércio inter-regional feito por mar, em uma época em que a rede viária não se encontrava ainda organizada. O Nordeste, que tinha nos Estados das regiões Sul e Sudeste os seus principais compradores de açúcar, viu-se em situação difícil para colocar o seu produto no mercado. [...] Os industriais nordestinos não tiveram poder de pressão para evitar o crescimento da indústria paulista, que, em 1950, já ultrapassara o da pernambucana. (ANDRADE, 1976, p. 23)

Andrade ainda expõe uma tabela (tabela 2) que ilustra bem o crescimento da produção de cana-de-açúcar em São Paulo neste contexto:

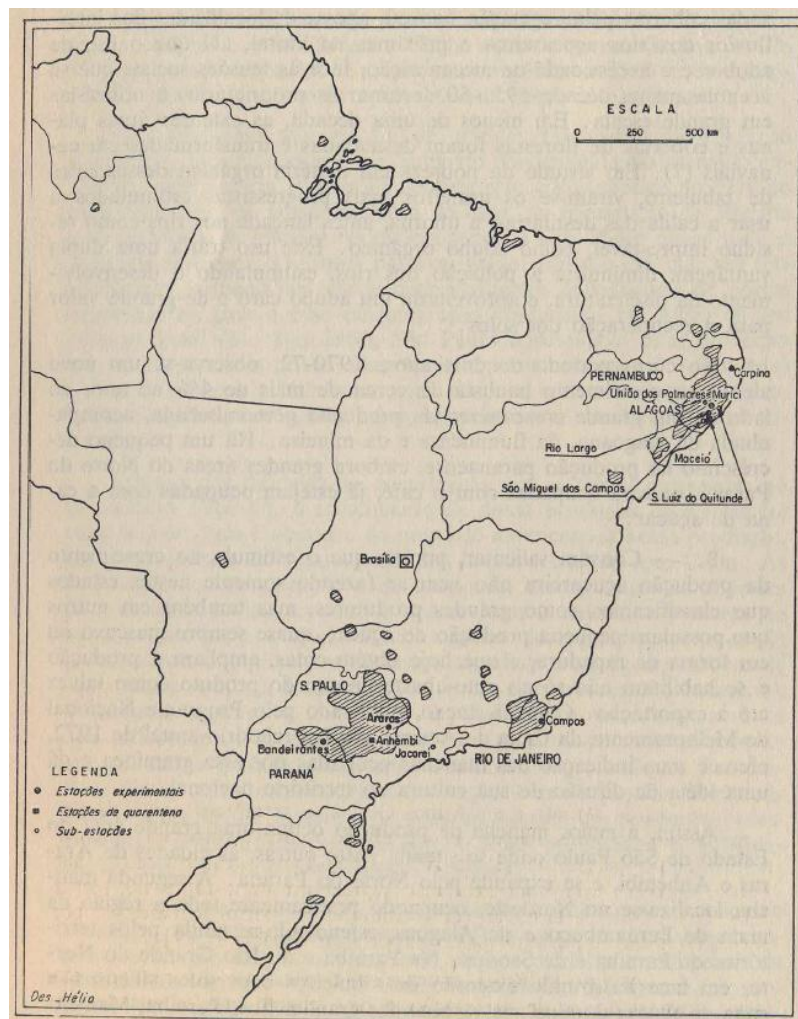
Tabela 2: Distribuição Geográfica da Produção Brasileira de Açúcar - (1940-72) - Produção (ton.)

Estados	1940	1945	1950	1955	1960	1965	1970	1972
Pernambuco	347.721	423.898	522.564	592.328	804.411	813.123	863.344	1.125.000
Alagoas	136.044	111.139	131.400	191.448	262.759	321.295	466.183	650.000
Minas Gerais	155.729	53.783	74.519	87.519	121.721	145.378	239.371	270.000
Rio de Janeiro	158.190	231.929	271.370	271.301	398.287	479.283	444.766	572.000
São Paulo	163.498	403.701	562.866	713.533	1.429.218	2.536.581	2.593.769	2.829.000
Paraná	----	20.794	33.627	40.134	74.031	141.256	166.102	156.000

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil (apud CORREIA, 1976, p. 22)

Neste período, duas áreas paulistas despontam na produção canavieira além da tradicional região de Piracicaba: as regiões de Ourinhos e Araras. Novamente Manuel Correia de Andrade nos expõe algo bem ilustrativo, como a ilustração (Figura 3) a seguir:

Figura 3: Produção Canavieira no Brasil



Fonte: Mapa publicado pelo Programa Nacional de Melhoramentos da Cana de Açúcar, no relatório anual de 1972 (apud ANDRADE, 1976, p. 26).

Cabe ressaltar que a implantação de usinas do complexo canavieiro neste período está dentro de um contexto de mudanças estruturais na relação entre fornecedores (agrícola) e usineiros (industriais), resultado da ascensão do chamado complexo agroindustrial. Nas tradicionais áreas produtoras nordestinas ocorria a subordinação dos engenhos em relação aos latifúndios canavieiros. No entanto, como ressalta José Sidnei Gonçalves (2005), o desenvolvimento das relações capitalistas de produção provoca uma alteração, sobretudo na esteira dos anos de 1960 e 1970 com os fortes subsídios governamentais, no sentido da superação histórica no espaço da apropriação da riqueza entre lucro agropecuário e o lucro industrial (GONÇALVES, 2005, p. 29). Nesse espaço, as agropecuaristas perdem autonomia frente ao complexo agroindustrial. Nesta disputa, se estabelece o Estatuto da Lavou

Canavieira³⁶ nos anos de 1950, cujo objetivo era que metade da cana processada fosse oriunda de fornecedores e não dos próprios usineiros. No entanto, os cumprimentos deste estatuto não ocorreram e a verticalização da agroindústria canavieira foi vigorosa, tendo como principal agente as usinas, que dispõem de terras nas quais produzem a própria cultura agrícola³⁷.

A agroindústria canavieira instalada por estas bandas tinha como princípios um “espírito capitalista” mais avançado, moderno no sentido da verticalização produtiva. A intensidade da expansão canavieira está ligada a internalização na agricultura do padrão agrário da 2ª Revolução Industrial na década de 1970 (GONÇALVES, 2006), ou como explica Ignácio Rangel, do desenvolvimento do Departamento I agrícola, com a ascensão das indústrias mecânica e química na agricultura.

Na região de Ourinhos, na década de 1940 a família Quagliato começou a comprar terras dos antigos proprietários da região por preços muito baixos. Já no ano de 1951 instalaram a Usina São Luiz, demonstrando a sua força desde então. Armem Mamigonian (1969) já indica a capacidade de acumulação de alguns imigrantes:

Na agricultura é conhecida a promoção de muitos colonos de café a grandes cafeicultores, mas o fenômeno não foi isolado: a dinâmica agro-indústria açucareira paulista, por exemplo, nasceu de iniciativas de imigrantes italianos como Ometto, Morganti, Lunardelli, Giorgi, Coalhatto, etc. O grupo Ometto controla a “União” (8 milhões de sacos por ano) e os Dedini possuem a maior indústria brasileira de equipamentos para usinas de açúcar. (MAMIGONIAN, 1969)

É importante salientar esses aspectos, pois a condição da especialização produtiva canavieira na região desfrutava de enormes vantagens, como acima indicado. A concentração de terras é fruto desse novo padrão de desenvolvimento agrícola, fundada na agroindústria³⁸.

³⁶ “O Estatuto da Lavoura Canavieira, concebido como instrumento de pacificação dos conflitos entre fornecedores e usineiros, determinava que parcela preponderante da matéria-prima fosse produzida por fornecedores. A história de conflitos o fez letra morta, com os fornecedores perdendo expressão. Mais recentemente esses conflitos deixaram de ser relevantes dada a preponderância das usinas.” (GONÇALVES, 2006)

³⁷ Claro que existem muitas propriedades rurais arrendadas com o destino de fornecer cana para as usinas, no entanto a supremacia do capital industrial (agroindustrial) é um fato.

³⁸ O depoimento de Domingos Perino Neto revela bem esse fato: “Enfim havia uma produção assim, né, diversificada, não como, a diferença talvez para vocês entenderem melhor é que à medida que foi passando o tempo, essas pequenas propriedades desapareceram e ocorreu a concentração das terras no município de Ourinhos nas mãos assim de poucas pessoas, por exemplo, a Usina São Luiz, a Usina de açúcar, né, São Luiz.” (ROMERO & MORAES, 2004, p. 163)

2.4. Especialização Regional

Nos subcapítulos que seguem, apresentaremos alguns aspectos da organização do espaço rural na região de Ourinhos e, de forma breve, das regiões de Campinas, Sorocaba e São Paulo.

2.4.1. Organização do Espaço Rural da Região de Ourinhos-SP

Com o intuito de demonstrar algumas das produções da região, apresentamos a seguinte tabela (Tabela 3) ^{39 40}:

Tabela 3: Desenvolvimento Regional de Ourinhos

Culturas ⁴¹	Número de unidades	Em hectares plantados
cana-de-açúcar	1.245	99.203,10
Soja	667	27.665,80
Milho	1.675	26.782,50
Cafê	1.706	17.446,60
Laranja	37	9.813,00
Eucalipto	952	7.025,50
Mandioca	479	6.482,20
batata-inglesa	4	188,1
outras	7	153,7
leguminosas		
Alfafa	38	150,8
Pimentão	274	115,8
Tomate envarado	106	135,5

Fonte: CATI/LUPA (2007/2008) (organizado pelo autor)

A cana-de-açúcar representa mais de três vezes a área cultivada com soja e milho e quase quatro do café, as três culturas que também tem importante representação espacial na região. Como indicado por Manuel Correia de Andrade (1976), na ocasião da Segunda Guerra Mundial, a produção de açúcar paulista teve uma grande expansão, proporcionando que

³⁹ Segundo os Escritórios de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo.

⁴⁰ Excetuamos as braquiárias, que perfazem o total de 5.183 unidades produtivas e 202.304 hectares. Para as demais regiões também retiramos as braquiárias da contagem.

⁴¹ As culturas foram selecionadas de forma arbitrárias, mas representam a quantidade de propriedades e a respectiva área de abrangência agrícola para as especializações. Também de forma arbitrária foram selecionadas as culturas para as outras regiões que viram a seguir: Campinas, Sorocaba e São Paulo.

atualmente o Estado de São Paulo detenha a maior produção sucroalcooleira no Brasil, com quase a metade das usinas instaladas. A região de Ourinhos, como também indicado pelo geógrafo pernambucano, foi uma das áreas onde essa expansão ocorreu já na década de 1950.

Também como indicado na tabela 1, a partir da década de 1950 percebemos a expansão, pelo menos no município de Ourinhos, concomitante das produções de soja e milho em detrimento da produção de café, apesar deste produtor ainda ser importante na região. Atualmente essas produções, altamente mecanizadas, são encaminhadas para silos e armazéns da região.

Como indicado por Pierre Monbeig (1984), inicialmente a produção de milho, junto ao arroz, eram as grandes culturas de subsistência dos pequenos proprietários; a décadas atrás, o milho se tornou uma produção rentável na região. Em entrevista com produtores de origem nipônica no município de Ourinhos, que chegaram na década de 1930, foi constatado que outras muitas culturas foram tentadas, como algodão⁴², mamona e, logicamente, o café, mas aquelas que hoje prevalecem são o milho e a soja.

Pelo menos mais quatro culturas tem importante apelo produtivo na região, despontando como importantes culturas que permitem auferir renda: a mandioca, o pimentão, o tomate envarado e a alfafa. A produção de mandioca da região é tipicamente agroindustrial, seguindo a tipicidade do Estado de São Paulo, onde cerca de 85% da produção tem como destino a indústria (TSUKADA, 2008, p. 47). É importante ressaltar que a produção na região de Marília (que abarca as microrregiões de Ourinhos e Assis) (Figura 4) é a maior do Estado, segundo os dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA, 2012): Assis com 350.350 toneladas e Ourinhos, 185.050 t.⁴³. É relevante a quantidade de farinheiras na região de Ourinhos, como a Capromal, Famil Alimentos Ltda., Naja Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. (Ribeirão do Sul), Kero Kero Ltda., Bijuzinho (Ocaçu), Ouro Minas (São Pedro do Turvo), Halotek Fadel (Palmital) (TSUKADA, 2008, p. 61, 62 e 63). Segundo Furlaneto, Kanthack e Esperancini (2007):

Na região do Médio Paranapanema, a mandioca é predominantemente cultivada em pequenas e médias propriedades, num total de até 20% da área e, mais de 90% dos produtores possuem áreas com até 70 hectares. Cultivos mais extensos, em áreas

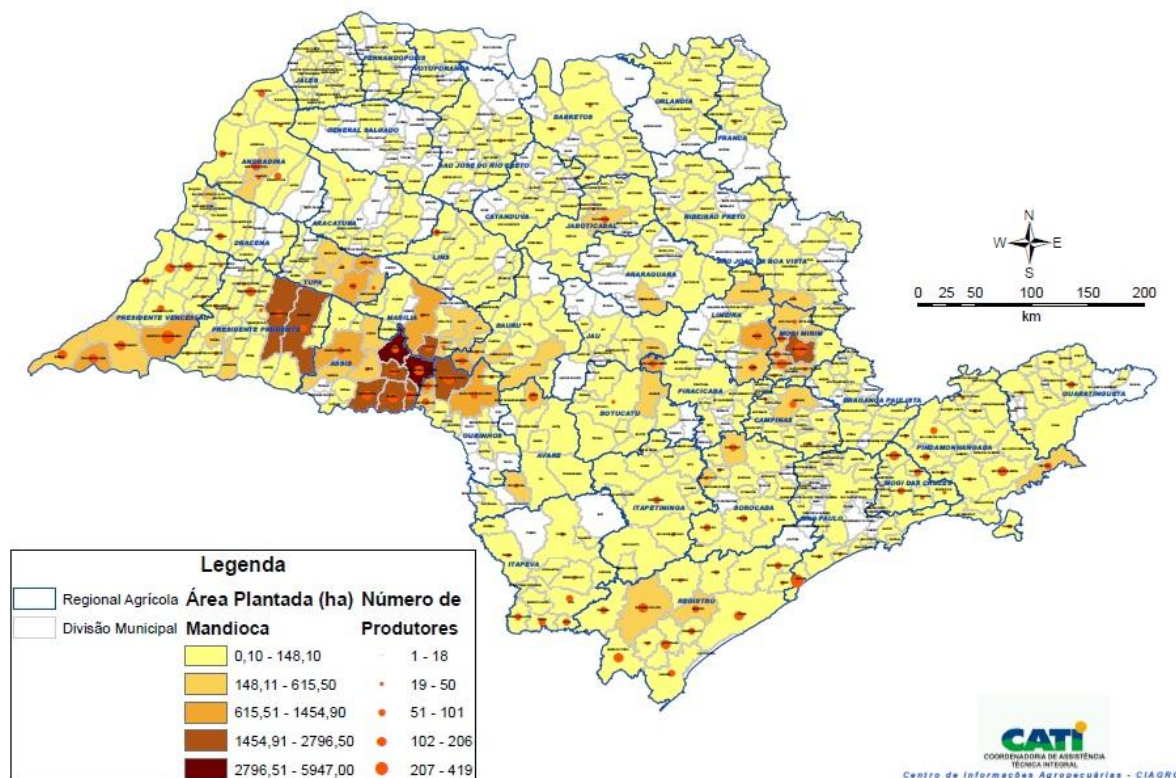
⁴² “O cultivo do algodão iniciou-se na década de 1940 até 1980, mas seu “boom” se deu na década de 1950, devido à crise cafeeira. Em 1970, a SANBRA, que beneficiava o algodão, passou por reestruturação produtiva concentrando seus recursos em produtos mais sofisticados (como margarina e cremes vegetais), culminado com sua retirada, sendo o maior efeito de sua saída de Ourinhos, o desemprego gerado, entre 600 a 800 pessoas. A BUNGE se estabeleceu em Ourinhos em 1979, possuía parceria com a SANBRA, na produção de óleo de algodão. Em 1990, a abertura comercial brasileira, levou a BUNGE a atuar no agronegócio. Deixou Ourinhos em 2006 e gerou o desemprego de 200 pessoas.” (DIAS, 2011)

⁴³ Ourinhos produz o dobro (em toneladas) que a terceira maior região produtora, que é Tupã (90.560 t.) (IEA, 2012).

superiores a 200 hectares, são feitos por meio de parceria com empresas produtoras de amidos modificados e por arrendatários na renovação de pastagens. Existe na região, aproximadamente, 25 fecularias com capacidade de processamento de 2.350 toneladas de mandioca por dia. (FURLANETO; KANTHACK; ESPERANCINI, 2007)

Figura 4: Produção de Mandioca no Estado de São Paulo.

Distribuição Geográfica de área cultivada e número de produtores, 2007/2008



Fonte: CATI/LUPA (2007/2008)

Já a produção de pimentão e tomate envarado estão presentes sobretudo no município de Santa Cruz do Rio Pardo; são cultivados em estufa mediante apoio técnico de duas empresas: a Hidroceres⁴⁴ e a Convivum⁴⁵. A produção de tomate tem alcance regional, enquanto que o pimentão é negociado na CEAGESP da cidade de São Paulo, sendo um importante produtor do Estado. A produção de pimentão na região de Ourinhos, por produtividade de terra, é a maior do Estado, onde, em apenas 74 hectares produziu 506.600 caixas (12kg)⁴⁶.

O que deve ser entendido aqui é que as três produções supracitadas, típicas de pequenas e médias propriedades, tiveram como impulso a agroindústria, como podemos observar na mandioca (“à jusante”, com as farinheiras e fecularias), pimentão e tomate

⁴⁴ Empresa de Santa Cruz do Rio Pardo que atua desde 1992 produzindo estufas, sementes e mudas.

⁴⁵ Também empresa de Santa Cruz do Rio Pardo que trabalha com defensivos e adubos agrícolas.

⁴⁶ Se compararmos com as duas maiores regiões produtoras em 2012, segundo o IEA, Itapeva, produziu 961.700 caixas (12kg) em 520 hectares, e Bauru, 699.950 caixas em 438 hectares.

envarado (“à montante”, com empresas de mudas, herbicidas e estufas), e essas empresas tiveram ascensão na região sobretudo a partir da década de 1980 e 1990. Então, a capacidade de se manter no campo das pequenas e médias propriedades está altamente vinculada com a associação à agroindústria nesses casos.

Essa tendência demonstra um importante aspecto do desenvolvimento das especializações produtivas da região e como o desenvolvimento do capitalismo torna cada vez mais interdependente a produção agrícola das indústrias correlatas.

Primeiramente é interessante notar aqui dois autores que demonstraram o desenrolar das mudanças do modo de produção no campo e seus impactos: Nice Lecocq Müller (1951) e Antônio Cândido (1997). A primeira autora observa neste período (década de 1950) existem três tipos básicos de sitiantes: de subsistência; de subsistência com um ou mais produtos de venda; e a comercial (MÜLLER, 1951, p. 59). Antônio Cândido, em seu estudo sobre os caipiras, também distingue “três modalidades”: “1) o caipira que procura enquadrar-se ao máximo nas novas condições (de mercado); 2) o que se apegua à vida tradicional, procurando conciliá-la com as exigências presentes; e 3) o que é totalmente incapaz de ajustar-se a estas.” (CÂNDIDO, 1997, p. 170)

Aqui a analogia com o processo estudado por Lênin (1982) no *Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* é iluminador. A diferenciação no seio do campesinato é inerente ao desenrolar desse modo de produção, onde os produtores que se integram de maneira mais efetiva na lógica do sistema conseguem se manter no campo. Os que se enquadram sob os condicionamentos da produção capitalista paulatinamente auferem mais renda e conseguem acumular e investir mais capital; enquanto outras propriedades não tem outra solução senão vender a força de trabalho da família em outros lugares (na cidade ou nas propriedades vizinhas) ou mesmo tendo de alienar suas terras. O processo de concentração de terra, típica da expansão canavieira (extensiva), não pode ser entendido fora deste vetor da diferenciação.

Na região de Ourinhos, foi precisamente sobre os proprietários arruinados em que a concentração de terras ocorreu. Não auferiam muita renda, o que ocasionava os baixos preços das terras na região. Segundo Relato oral:

1948, chegada dos Quagliato. Tinham lábia e conseguiram comprar terras a preços muito baixos. Começaram pequenos. Pelo menos três famílias fizeram contrato e plantaram cana para os Quagliato. Estes não pagaram tão bem e os proprietários foram obrigados a vender a terra e se mudaram para os cantos de Maringá.^{47 48} (informação verbal)

⁴⁷ Relato do senhor Casemiro Bernardo, proprietário rural no município de Canitar-SP.

⁴⁸ Na década de 1960 Maringá era uma cidade incipiente, cheia de terras a venda

No relato ainda está exposto o processo de arrendamento. Para os proprietários, o arrendamento surge como uma forma de conseguir renda da propriedade; mas a falta de pagamento dos arrendamentos acelera a ruína dos proprietários de terra. Nos tempos atuais ainda é possível observar muitas propriedades cujas terras são arrendadas para as usinas de açúcar e álcool da região⁴⁹, como podemos ver na tabela 3; por isso o grande número de propriedades relacionadas ao plantio de cana-de-açúcar.

É relevante entender nesse momento que os rendimentos ocasionados pelas culturas da mandioca, do pimentão e do tomate envarado permitem a manutenção dessas propriedades, onde a cultura da cana ainda não conseguiu expandir, sobretudo em função da inserção no mercado desses produtores em associação ou contratos com a agroindústria, como no caso da mandioca, ou nas técnicas de produção em estufa, como é o caso do pimentão.

2.4.2. Breve Histórico de Outras Regiões: Campinas, Sorocaba e São Paulo

Mas a manutenção das pequenas e médias propriedades em interdependência com a agroindústria logicamente não poderia ser entendida enquanto “harmoniosa”, pois estamos diante de indústrias típicas da ascensão do complexo agroindustrial, ou seja, de empresas que buscam o aumento do lucro, ou, da reprodução ampliada do capital. Aqui poderíamos antever um conflito entre a busca do lucro de dois componentes do sistema capitalista (entre a indústria e a propriedade rural). E também, tal como é explicado por Alberto Passos Guimarães (1982), com a ascensão do chamado complexo agroindustrial, a produção agrícola (ou propriamente rural) perde sua autonomia frente às indústrias tanto “à montante” quanto “à jusante”.

Então um questionamento pertinente que deve ser levantado neste momento é o motivo da não opção por outras culturas agrícolas, também típicas de pequenas e médias propriedades. Antes de levantar hipóteses sobre essa realidade, observemos a seguinte tabela (Tabela 4)⁵⁰:

⁴⁹ Informação adquirida através de relatos orais.

⁵⁰ Aqui é interessante notar também que estas regiões também apresentam grande concentração de terras destinadas à produção canavieira.

Tabela 4: Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento Regional de Campinas			Desenvolvimento Regional de São Paulo			Desenvolvimento Regional de Sorocaba		
Culturas	Número de unidades	Em hectares plantados	Culturas	Número de unidades	Em hectares plantados	Cultura	Número de unidades	Em hectares plantados
cana-de-açúcar	704	30.414,50	Eucalipto	196	7.923,10	Eucalipto	1.753	45.605,50
Milho	1.217	10.186,90	Banana	667	4.236,20	cana-de-açúcar	1.410	35.983,70
uva-rústica	1.391	4.498,60	Alface	233	1.102,20	Milho	2.636	19.430,30
Cafê	162	1.372,80	Brócolis	127	422,10	Repolho	786	2.355,80
Laranja	361	1.033,40	Repolho	87	317,50	Cenoura	378	1.266,80
Goiaba	386	784,9	Chuchu	103	290	Brócolis	632	1.233,50
tomate-envarado	101	703,9	Couve	172	278,9	Mandioca	330	1.053,20
Caqui	345	600	Mandioca	441	219,3	Cebola	288	1.044,00
Tangerina	215	554,7	flores ornamentais	72	182	Beterraba	346	969,1
Figo	150	498,9	Figo	150	498,9	Inhame	318	896,1
Alface	209	400,2	couve-flor	88	170,8	couve-flor	262	877,9
Pêssego	220	364,3				batata-inglesa	133	805,6

Fonte: CATI/LUPA (2007/2008)
(organizado pelo autor)

As produções que podemos observar acima são a da região de Campinas, com sua importante fruticultura; a região de São Paulo, com o chamado “cinturão verde”; e a região de Sorocaba, enquanto parte da expansão do cinturão de São Paulo. Podemos caracterizar estas áreas como regiões altamente especializadas, cuja produção em escala (com um conjunto de pequenos e médios produtores, associações e cooperativas) tem um alcance nacional. Esta especialização, conjuntamente com o desenvolvimento logístico, permite que os produtos agrícolas produzidos por estas regiões tenham acesso aos mercados mais longínquos e, conseqüentemente, por conta da escala, os preços acabam sendo muito mais baixos do que uma pequena propriedade poderia ofertar localmente, como por exemplo na “hinterlândia” dos municípios da região de Ourinhos.

Essa diferenciação é marcada historicamente, pois enquanto a “hinterlândia” dos municípios da região de Ourinhos foi sendo concentrada pela cultura canavieira, outras regiões como as aludidas nas tabelas (4, 5 e 6) se especializaram em outras culturas comerciais. Assim, é importante entender que a formação destas especializações está intimamente com o desenvolvimento espaço-temporal regional. Quanto ao “cinturão verde” de São Paulo, e sua expansão para a região de Sorocaba, Judith De La Corte (1985) explica que:

A cidade de São Paulo, apesar da crise mundial e cafeeira (1929/30) e dos acontecimentos políticos do Estado e do país (1924, 1930, 1932), continuou a aumentar sua população e industrialização, expandindo-se em todas as direções, passando a contar o município, em 1940, com 1.294.223 habitantes. Foi este crescimento o principal estímulo ao incremento da produção hortifrutícola nos arredores da Capital, atraindo grupos ou famílias japonesas durante a década de 1930. Formaram-se novos núcleos em Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquera e muitos outros ao longo da Estrada de Ferro Central do Brasil e da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Problemas relacionados com a cultura da batata, com a crise mundial e os preços do mercado, além de outros, fizeram com que na área de Cotia houvesse dispersão de japoneses do centro primitivo para suas áreas vizinhas: São Roque, Vargem Grande, Itapeverica da Serra, Ibiúna, ocorrendo o mesmo nos municípios situados ao longo da E. F. Central e que tinham no tomate sua principal cultura. Passou também a haver maior diversificação na produção hortifrutícola; vários tipos de verduras e legumes, frutas e criação de aves, o que se relacionava com o maior significado que o consumo destes produtos representava na alimentação paulistana. (DE LA CORTE, 1985, p. 202)

Assim sendo, a produção de culturas hortifrúti tiveram forte apelo comercial em função das altas taxas de urbanização e industrialização em São Paulo, altamente concentradas na parte metropolitana do Estado. Os imigrantes japoneses tiveram grande importância nesse momento⁵¹.

Quanto ao desenvolvimento da região fruticultora de Campinas, Nice Lecocq Müller (1951) nos atenta para o fato de que:

Quanto às frutas, sua cultura depende, em suas variações, da escolha das espécies que melhor se adaptam às condições locais de clima e solo. Do ponto de vista geral, o aparecimento da fruticultura depende sempre da existência de centros consumidores próximos e de meios de comunicação fáceis e rápidos. É o conjunto desses fatores que explica a fruticultura de Valinhos e de alguns sítios da colônia húngara de Arpad (localidade entre as cidades de Presidente Epitácio e Caiuá). Parece, no entanto, que há ainda a considerar aqui outro fator, que deriva da verificação de que essas culturas coincidem com a presença de lavradores de origem estrangeira. Poder-se-ia dizer que no caso de Arpad a via de comunicação tem o papel decisivo, uma vez que a fruticultura não aparece em outras colônias de estrangeiros mais afastadas dela. No entanto, para o caso de Valinhos, uma outra questão poderia ser proposta: - porque a cultura de frutas só tomou incremento depois do abandono do café? Talvez porque tenha havido coincidência com uma alta no preço das frutas; mas não haverá também uma ligação, além da subdivisão de terras, com a existência de muitos colonos de origem italiana que, com a derrocada do café, tiveram de procurar novo meio de vida? Se considerarmos que poucos são os sítiantes nacionais que praticam esse tipo de exploração do solo, parece mais evidente ainda a influência étnica. É óbvio que esta, sozinha, não poderia ter criado os centros de fruticultura e que as condições de mercado e de transporte são as que

⁵¹ É interessante notar aqui que: “Não foram, pois, motivos relacionados com ótimos solos ou com excelentes condições climáticas que explicaram o abastecimento dos japoneses com suas atividade hortifrutícolas em Cotia, Juqueri, Taipas, Morro Grande. Verifica-se que, nesta época de instalação dos imigrantes japoneses, foram encontradas grandes áreas de terras inaproveitadas, a preços relativamente baixos, possibilitando a formação de pequenas propriedades, cujos agricultores, logo de início, procuraram organizar cooperativas. [...] Assim, mesmo sem possuir solos de alta qualidade e tendo um clima de grande instabilidade, mas, contando com a tradição agrícola e elevado nível técnico dos agricultores japoneses e seus descendentes, principalmente, o cinturão-verde estruturado em torno da cidade de São Paulo diversificou e ou aumentou ainda mais sua produção, mas, tornou-se também insuficiente para atender à demanda do mercado urbano paulistano e de outros do Brasil Sudeste.” (DE LA CORTE, 1985, p.201-204)

mais condicionam tal desenvolvimento. De qualquer forma, porém, não nos parece prudente esquecer nesse assunto o fator humano. (MÜLLER, 1951, p. 63)

Desta citação depreendemos que são múltiplos os fatores que condicionam a promoção da cultura de frutas na produção⁵². A proximidade com os centros comerciais e a origem estrangeira dos produtores propiciou que Valinhos, dentro da região de Campinas, ascendesse enquanto região produtora de frutas⁵³.

Em ambas as regiões acima indicadas resumem que a prosperidade de outras culturas foram determinadas pela proximidade com os mercados, com as taxas de urbanização por que passavam o Estado de São Paulo e também com a influência imigrante. Na região de Ourinhos, apesar da forte influência de imigrantes, o desenvolvimento de outras culturas não teve o mesmo porte, a não ser as culturas de subsistência.

Depreende-se, pois, a partir de alguns aspectos determinantes, o porquê das altas taxas de concentração de terra pela atividade canavieira na região de Ourinhos. Ora, as altas taxas de urbanização e industrialização das regiões de São Paulo e Campinas, suas cidades conurbadas, permitem um desenvolvimento capitalista no campo em torno de pequenas e médias propriedades⁵⁴, através de culturas intensivas (produção/área), em função da criação de um mercado mais dinâmico para esses produtos. Nestas regiões, a grande produção supera a pequena não necessariamente através da grande propriedade, ou seja, da cultura extensiva, mas sim do capital – grande produção em escala para o mercado, intensidade. A pequena propriedade proporciona renda em função do investimento produtivo (além é claro da proximidade do mercado, que foi uma das condicionantes da formação espacial destas especializações).

As produções destas regiões, pelo seu processo histórico de formação e organização junto a urbanização e industrialização que permitiram um maior desenvolvimento de culturas típicas de pequenas e médias propriedades e, logicamente, com o desenvolvimento logístico que comercializa os produtos à longas distâncias, acabam inibindo a produção na região de Ourinhos dos produtos da fruticultura e da horticultura em grande escala.

Outra situação desfrutou a região de Ourinhos. A grande produção estava associada à produção canavieira, extensiva, que concentrou terras através da compra de propriedades

⁵² É importante ressaltar a região de Campinas, por ter um clima mais próximo ao temperado, desenvolveu determinadas culturas agrícolas. Segundo Judith De La Corte: “Há municípios líderes que remetem várias frutas estacionais temperadas: Moji das Cruzes Jundiá, Valinhos, Vinhedo, Campinas, Itatiba, enquanto há outros que enviam várias tropicais (estacionais ou não), como, Monte Alto, Jardinópolis, Limeira (destaque acentuado para as cítricas). Isto deve ser relacionado com as condições climáticas das referidas áreas onde estão localizadas e com o tipo de agricultor que as ocupou.” (1985, p. 172)

⁵³ Quanto à colônia húngara Arpad não dispusemos de maiores informações.

⁵⁴ É claro que podemos observar também taxas de concentração fundiária pela cultura canavieira na região de Campinas, mas ainda sim percebemos uma especialização fruticultora importante.

ainda associadas às culturas de subsistência e de pequena produção mercantil, que não haviam evoluído em função das pequenas taxas de urbanização relativa.

Então, podemos entender que outras culturas dificilmente poderiam ser desenvolvidas na região de Ourinhos atualmente devido a sua formação histórica de concentração de terras. As alternativas para a inserção no mercado dos pequenos e médios proprietários ficaram na dependência do desenvolvimento das agroindústrias, que permitem uma formação de capital, já que a produção de outras culturas (da fruticultura e da horticultura) estão a mercê da realidade mercadológica da distribuição. Atualmente, os produtos *in natura* tiveram uma ascensão graças aos agrosserviços (distribuição, mercados atacadistas, varejistas, empresas de exportação e estruturas de intermediação) (GONÇALVES, 2005), cujo desenvolvimento está altamente relacionado ao desenvolvimento das relações agroindustriais na região.

3. AGROINDÚSTRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3.1. Ascensão do Complexo Agroindustrial como Realidade Não Seccionada

O Complexo Agroindustrial, como resultado do mais rápido crescimento da industrialização da agricultura nas décadas posteriores a 1950, é um fato recente e uma etapa importante da economia agrícola e não só desse setor da produção, mas de toda a economia mundial. Esse fenômeno está sendo responsável por mudanças profundas nas relações entre as atividades econômicas de produção e de distribuição; notadamente nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia. (GUIMARÃES, 1982, p. 149)

Alberto Passos Guimarães resume bem a novel etapa do desenvolvimento das forças produtivas na agricultura, cuja característica, apontando para os escritos de Kautsky, é a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura (GUIMARÃES, 1982, p. 148). Não sem consequências importantes para a nossa formação social, como muito bem observada por Rangel (1989):

No lapso de apenas uma geração, assistimos a duas revoluções tecnológicas na agricultura e ao começo da terceira. Com efeito, a agricultura mecanizou-se e quimificou-se, com emprego intensivo, não raro imprudente, de máquinas, de adubos e agrotóxicos. Começa agora a revolução genética, que nos deverá dar espécies animais e vegetais mais econômicas e mais adaptadas às condições do nosso clima. O primeiro efeito dessa tríplice revolução tecnológica já foi indicado, isto é, a liberação de massas humanas que, não correspondendo à demanda das cidades, são, pura e simplesmente, lançadas sobre elas como rejeito imprestáveis." (RANGEL, 1989, p.24)

O processo de urbanização da população, com quantia importante oriunda do êxodo rural, durante o processo da consolidação do complexo agroindustrial é notável, e podemos observar através da seguinte tabela:

Tabela 5: Movimento de Urbanização⁵⁵

	1940	1950	1960	1970	1980
População urbana total (%)	31,2	36,2	44,7	55,9	67,6
Urbanizados no decênio (milhares por ano)	-	590	1.252	2.038	2.839

Fonte: Censos, IBGE (apud RANGEL 1985, p. 719)

A continuidade dessa tendência resulta numa percentagem de aproximadamente 84% de população no Brasil hodierno (segunda década do século XXI). Desta forma, uma intensa

⁵⁵ Segue a essa tabela a interessante passagem: “Esses dados situam o Brasil entre os países mais urbanizados do mundo, com mais de dois terços de sua população residindo no quadro urbano. Se a tendência dos dois últimos decênios se manteve, estamos urbanizando, por ano, mais de 3 milhões de habitantes – mais do que a União Soviética, com uma população de mais do dobro da nossa –, cabendo-nos indagar: 1º) se a cidade está podendo utilizar produtivamente o imenso exército de trabalhadores que lhe chega todos os anos; 2º) Se estamos criando a infra-estrutura urbana correspondente – o que seria como criar de nova planta uma Grande Belo Horizonte ou duas Grandes Curitiba, a cada ano.” (RANGEL, 1985, p. 719-720)

transformação demográfica ocorreu, caracterizada pela mudança de um país de população rural para urbana.

Antes do advento da ascensão do chamado complexo agroindustrial tínhamos uma sociedade organizada sob os auspícios do complexo rural que, como foi explicada nos capítulos anteriores, é uma forma de organização arcaica (pré-capitalista) no qual todas os setores econômicos (primário, secundário e terciário) praticamente encontram-se dentro da fazenda⁵⁶. Também foi explicado que expressiva parte da população rural, pelo menos no Estado de São Paulo, encontrava-se diretamente ligada a fazenda cafeeira. A tabela seguinte ilustra bem essa realidade, ainda para o ano de 1958:

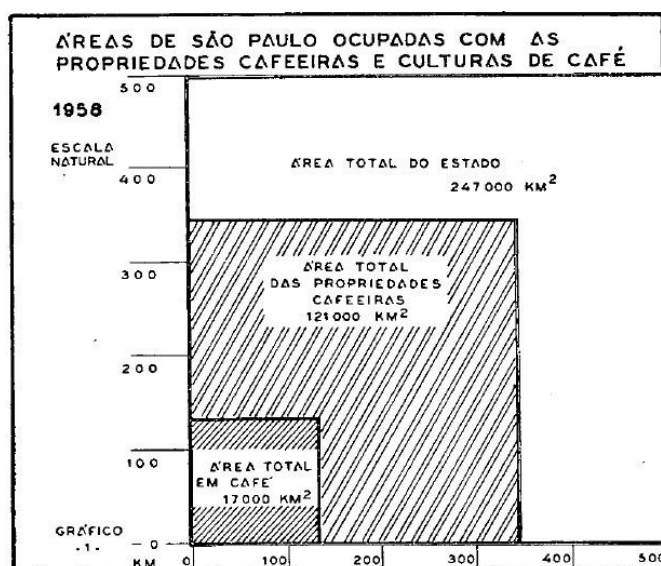
Tabela 6: População existente nas Propriedades Cafeeiras, 1958

Proprietários e suas famílias	570.000
Colonos e suas famílias	640.000
Parceiros e suas famílias	810.000
Outros trabalhadores e suas famílias	130.000
Populações residentes nas propriedades cafeeiras	2.150.000

Fonte: Revista IEA (1961)

Também é relevante ressaltar que a utilização de terras para fins propriamente agrícolas da cafeicultura era relativamente baixa:

Figura 5: Propriedades Cafeeiras e Culturas de Café



Fonte: Revista IEA (1961)

⁵⁶ Como na citação de Maria Coleta F. A. de Oliveira (1988): "São elas o beneficiamento do café, a manutenção de maquinários e ferramentas, a fabricação de utensílios diversos, etc. Não raro serrarias e selarias constituíam parte das instalações das grandes fazendas cafeeiras." (OLIVEIRA, 1988, p. 7)

Ou seja, dentro das propriedades cafeeiras era muito baixa a utilização própria dessa produção mercantil e a quantidade de colonos⁵⁷ e parceiros era muito expressiva. Não é por acaso que podemos entender essa relação interna⁵⁸ da fazenda enquanto feudal (ou semi-feudal) do complexo rural, arcaica, cuja exploração está intimamente associada aos agregados. Ignácio Rangel, neste ponto, é enfático:

O feudalismo, sob qualquer de suas formas, inclusive a do latifúndio tradicional brasileiro, pressupõe, como condição *sine qua non*, aquilo que os velhos juristas europeus definiram na fórmula francesa: *nulle terre sans seigneur*. Noutros termos, a classe dos senhores feudais vê-se compelida a ocupar toda a terra suscetível de exploração econômica e não aquela necessária a sua atividade apenas. Isto se explica pelo fato de que, sendo a atividade agrícola deixada ao servo da gleba ou agregado, com os seus próprios meios, a presença de terra livre teria o óbvio efeito desagregador sobre todo o sistema. (RANGEL, 1977, p. 86)

E é sobre essa base que o complexo agroindustrial se desenvolve, ampliando a produtividade econômica sobre as áreas antes ocupadas pelos agregados da fazenda:

Esse estado de coisas entra a modificar-se *pari passu* com a intervenção do proprietário no próprio processo produtivo. Com efeito, graças ao acesso à moderna tecnologia, à economia de escala, ao moderno equipamento, a produtividade do trabalho pode elevar-se consideravelmente e, conseqüentemente, a condição de *nulle terre sans seigneur* deixa de ser essencial e passa a ser meramente acessória, dado que a rentabilidade da exploração agrícola poderá ser estudada como função do diferencial entre a produtividade do trabalho na exploração capitalista e a produtividade do mesmo trabalho nas condições da pequena exploração individual. (RANGEL, 1977, p. 86)⁵⁹

Antes de continuar a explicação do desenvolvimento do complexo agroindustrial, é necessário tecer alguns parênteses sobre o desenvolvimento urbano-industrial, sem a qual o entendimento do capitalismo na agricultura será fragilizado.

⁵⁷ “A reduzida importância da mercantilização envolvendo as populações rurais e a própria fragilidade das relações urbano-rurais no período cafeeiro ligar-se-ia também ao regime de trabalho que se generalizou no Oeste Paulista a partir das últimas décadas do século XIX, o colonato. Como é sabido, o colono do café contratava com o fazendeiro não apenas seu trabalho, mas também daqueles aptos de sua família. Por esse contrato, além das tarefas no cafézal, podia o colono e sua família manter roças de alimentos intercalares ao café ou em terrenos especializados cedidos para este fim. Podiam criar pequenos animais, variando as condições contratuais no que diz respeito a animais de maior porte. É consensualmente aceito pelos especialistas que os rendimentos das culturas de subsistência e demais atividade independentes dos colonos constituíam a parte mais importante do rendimento e do consumo dos trabalhadores e suas famílias.” (OLIVEIRA, 1988, p. 20)

⁵⁸ Internamente feudal (semi-feudal) e externamente capitalista, segundo a concepção da dualidade rangeliana.

⁵⁹ Essa transição ainda é explicada pela seguinte passagem: “Nessas condições, embora fosse ingênuo esperar que os novos latifúndios renunciassem gratuitamente a sua participação no oligopólio fundiário social, base das relações feudais de produção sobreviventes, tampouco seria realista esperar que, em todas as circunstâncias, esse novo latifúndio adotasse a mesma e intransigente atitude que se deve esperar do latifúndio clássico. Pelo contrário, particularmente nas condições de valorização da terra, o capitalista agrícola não poderá senão começar a encarar a terra excedente como um investimento improdutivo, tendente, portanto, a deprimir a taxa de lucro.” (RANGEL, 1977)

3.2. Industrialização Nacional

Para a criação de condições para o desenvolvimento das estruturas agroindustriais, ou seja, de indústrias capazes de fornecerem tanto insumos quanto capacidade para processamento, entende-se que exista já um desenvolvimento industrial “fora” das porteiras, já alcançados através da ascensão das forças produtivas de feições urbanas e industriais. Como adverte Oliveira (1988):

Vale a pena destacar aqui que, quer no artesanato, doméstico e pouco diferenciado da atividade agrícola, quer na indústria, estamos diante de personagens que alteram a visão que temos da sociedade no período cafeeiro. Ela é certamente mais diversificada do que as análises da grande fazenda cafeeira nos permite supor. E as funções urbanas provavelmente mais importantes do que poderíamos supor. (OLIVEIRA, 1988, p. 20)

O advento da industrialização no Brasil, como tratado classicamente na nossa literatura científica, ocorre a partir da década de 1930, sob os auspícios do que podemos chamar de via prussiana, ou conservadora, onde:

O Brasil além de ter sido favorecido no período depressivo mundial da primeira metade do século XX, se beneficiou do novo pacto de poder de 1930, que significou a ascensão dos latifundiários e industriais interessados na expansão do mercado interno e a queda dos cafeicultores, agro-exportadores e do capitalismo industrial inglês. (MAMIGONIAN, 2004)

Esse pacto de poder é explicado por Ignácio Rangel como a 3ª dualidade da economia brasileira, que é entendida como a ascensão dos latifundiários (semi-feudais) enquanto sócio maior e os industriais enquanto sócio menor. Os industriais tiveram sua ascensão desde meados do século XIX, a partir da cisão com a antiga classe dos comerciantes (sócio maior da 2ª dualidade), através da indústria artesanal nas cidades, de feições pré-industriais. Essa cisão pode ser entendida da seguinte maneira:

Se a aristocracia rural brasileira não teve uma participação destacada nas iniciativas industriais, os comerciantes de exportação e importação do Brasil colonial-latifundiário tornaram-se freqüentemente empresários industriais. No estudo de Bresser-Pereira, assinala-se que dos 204 empresários do aglomerado de São Paulo, nada menos de 44 (21,6%) originaram-se daquela classe, fortemente de origem imigrante (90,9%). Seria o caso dos imigrantes alemães Zerrener e Von Bulow, que eram exportadores de café no porto de Santos nos fins do século passado e logo depois fundaram a Cervejaria Antártica em São Paulo. Encontramos numerosos empresários industriais nos grandes portos brasileiros que tiveram a mesma origem: Lundgren (sueco) e Delmiro Gouveia foram exportadores de couros em Recife antes de tomarem iniciativas industriais. August Suerdieck, imigrante alemão e exportador de fumo na Bahia, tornou-se o maior fabricante de charutos do Brasil, com grandes exportações para a Europa e os Estados Unidos. O Barão de Mauá: estaleiros navais; Henrique Lage: carvão e azulejos; Julius Arp (alemão): têxtil; Leslie Chomma (inglês): têxtil; Hime (inglês): siderurgia; Kastrup (dinamarquês): móveis; foram

todos comerciantes de export-import antes de investirem nas atividades industriais. (MAMIGONIAN, 1969)⁶⁰

Quando ocorre o advento do marco histórico da década de 1930 e a classe de industriais ascende como sócio menor do pacto de poder de então, a industrialização ocorre pelo chamado Departamento II da economia, ou seja, a partir dos produtos de consumo não duráveis, estando as atividades da indústria de base (Departamento I) ainda em feições pré-industriais. É aqui que reside o fato do pacto de poder da 3ª dualidade poder ter vigorado, sem nenhum prejuízo para as partes que dividiam o poder. Ou seja, continuou a existir a condição *nulle terre sans seigneur* pelos latifundiários, condição fundamental da manutenção do aspecto feudal (semi-feudal) do espaço rural brasileiro, enquanto que parcelas da população que iam se urbanizando eram demandadas pela industrialização, em função da baixa utilização de capital pelo Departamento I (pré-industrial, *capital saving labour intensive*, ou seja, altas demandas de mão-de-obra).

A industrialização brasileira realizada nesse período até a década de 1970 é considerada como uma das três mais intensas do mundo. O desempenho nacional entre os anos de 1930 e 1980 demonstrou todo o potencial do desenvolvimento brasileiro, como bem demonstra Ignácio Rangel (1990, p. 744-745), sinalizando que entre os anos de 1938 e 1973 a produção industrial cresceu 16 vezes (8,2 % ao ano), e entre 1973 e 1988 cresceu a uma taxa de 3,3% ao ano, números somente ultrapassados pelo Japão e União Soviética. De ciclo em ciclo (juglarianos) a indústria nacional foi passando dos setores de bens de consumo simples até os típicos da indústria de base, pesada, de bens de capital⁶¹, ou seja, para o Departamento I de feições propriamente industriais.

É nessa importante ascensão industrial brasileira que também devemos entender o desenvolvimento das forças produtivas que serão incorporadas na economia agrícola com a agroindústria. Observemos duas tabelas (Tabela 7e 8):

⁶⁰ Armen Mamigonian ainda explica que: “Relaciona-se freqüentemente a industrialização brasileira ao café, inclusive apontando o fenômeno industrial como consequência direta da cafeicultura. Sem dúvida a industrialização deve muito ao café na medida em que o crescimento da economia cafeeira provocou a ampliação do mercado interno (atendido por artigos importados), a criação de ampla rede de estradas de ferro, a implantação da energia elétrica em São Paulo e no Rio, etc. Alguns assinalam ainda a transferência de capitais e empresários do café para a indústria, em particular após a crise de 1929: aqui já começa o exagero enganoso do papel desenhado pela cafeicultura.” (MAMIGONIAN, 1969)

⁶¹ Segundo Armen Mamigonian: “À medida que avançava, a industrialização ia gerando um centro dinâmico interno, que na década de 1920 já era considerável, pois a indústria, principalmente o ramo têxtil, era o setor mais importante da economia brasileira após o café. Criava-se um setor industrial, que passava a ter seu próprio dinamismo, que se manifestava nos ciclos juglarianos brasileiros. Cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escala da substituição de importações: indústria de bens de consumo simples, indústria de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústrias químicas e mecânicas pesadas.” (MAMIGONIAN, 1992)

Tabela 7: Crescimento Industrial em Alguns Setores

	1960-70		1970-80		1960-80	
	Vezez	% a.a.	Vezez	% a.a.	Vezez	% a.a.
Geral	1,9	6,8	2,3	8,8	4,5	7,8
Química	2,2	8,1	3	11,7	6,6	9,9
Metais básicos	2	7,2	2,7	10,3	5,3	8,7
Têxtil	1,1	0,7	1,6	4	1,7	2,8

Fonte: Statistical Yearbook (apud RANGEL, 1985, p. 718)

Tabela 8: Crescimento Industrial em Alguns Setores (2)

	1969	1970	Crescimento (1969=100)
Aço bruto (10 ⁶ tm)	4,9	13,9	284
Cimento (10 ⁶ tm)	7,1	23,7	334
Tratores agrícolas	12.562	56.418	449
Automóveis de passageiros	236.893	568.000	240
Caminhões e ônibus	23.893	95.113	398

Fonte: Anuários Estatísticos, IBGE (apud RANGEL, 1985, p. 718)

Rangel ainda complementa dizendo que: “Componente conspícua do novo D I é a produção de insumos modernos, representados nos quadros supracitados pela indústria química e pela produção de tratores” (RANGEL, 1985, p. 718). Novamente, não é à toa que observamos intensa modificação das relações sociais na agricultura. Não existe a ascensão de novas relações de produção sem que exista o necessário desenvolvimento das forças produtivas. Essa transformação é entendida como a ascensão das relações capitalistas no campo⁶² (sintetizada pelo latifúndio capitalista e complexo agroindustrial) sobre o arcaico latifúndio feudal (complexo rural).

Aqui é interessante observar que as unidades agrícolas de tipo pequena e média propriedade também se transformaram. Segundo Alberto Passos Guimarães (1982), chamando o fato de “uma situação singular”, através da seguinte tabela (Tabela 9) podemos observar:

⁶² Novamente Rangel atenta para o fator demográfico: “Consequentemente, se, em vista do novo equipamento fornecido à agricultura, a produtividade do trabalho agrícola se eleva, a mesma oferta bruta pode ser assegurada por um número menor de trabalhadores agrícolas e, mais ainda, por um número menor de horas trabalhadas na agricultura. Essa última circunstância introduz no quadro um importante complicador que adiante discutiremos, ao abordarmos o problema do bóia-fria.” (RANGEL, 1985, p. 719)

Tabela 9: Brasil - Incremento dos Meios de Produção nos Estabelecimentos Agropecuários, de 1950 a 1970

MEIO DE PRODUÇÃO	GRUPOS DE ESTABELECIMENTOS					
	De menos de 100ha			De 500ha acima		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
Pastagens (1000ha)	10.844	17.248	23.979	74.106	75.670	90.200
Lavouras (1000ha)	10.371	17.172	21.735	3.898	4.757	4.901
Arados (unidades)	521.143	801.420	1.576.264	68.404	48.615	84.729
Tratores (unidades)	1.238	23.849	80.418	4.493	17.248	37.281
Pastagens	100	159	221	100	102	122
Lavouras	100	166	210	100	122	126
Arados	100	154	302	100	71	124
Tratores	100	1.926	6.496	100	384	830

Fonte: Censos Agrícolas (apud GUIMARÃES, 1982, p. 339)

Assim, observamos já um padrão de modernização nestas propriedades com extensão inferiores a 100 hectares, adquirindo os meios de produção necessários. Não somente nesta época em que observamos esta possibilidade de acumular e investir, pois já no começo do século XX vários imigrantes já viviam esta realidade⁶³, que fizeram seu “pé de meia” (MÜLLER, 1956), assim como podemos ver na formação de bairros rurais (FERNANDES, 1968), e na formação de diversas colônias de imigrantes (SALGADO, 1971), realidades cujas atividades não se encontravam mais atreladas à posição de relações pessoais com os fazendeiros, sobretudo no Estado de São Paulo.

Podemos hipoteticamente indicar que grande parte desse incremento dos meios de produção no meio rural se fez sobretudo no Brasil meridional (Sul e Sudeste), em função da imigração europeia, que trouxe um “espírito capitalista” mais avançado:

Em São Paulo, a expansão da cafeeicultura foi aproveitada por tais imigrantes que, trazendo experiência de trabalho bastante variada (agricultores, artesãos, operários especializados, profissionais liberais, pequenos comerciantes e industriais), possuindo nível de vida bem mais elevado que o dos escravos, praticando hábitos econômicos equilibrados (trabalho persistente, consumo sóbrio) e com forte vontade de independência, promoveram a industrialização e modernizaram a agricultura em São Paulo e nas demais regiões que ocuparam. É interessante notar que o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que eram os maiores mercados urbanos do Brasil do século XIX e que receberam poucos imigrantes, passaram por industrialização modesta. [...] Na realidade, para compreender a industrialização brasileira devemos considerar menos os mecanismos econômicos e mais os mecanismos sociais. A sociedade brasileira tradicional, como existia no século XIX não possuía condições internas para se auto-superar e promover o crescimento industrial. Os imigrantes europeus e asiáticos que se introduziram no Brasil constituíram-se no sangue novo

⁶³ “Nas duas primeiras décadas do século XX houve forte coincidência e relações de causa-efeito entre crescimento industrial de São Paulo e: 1) ascensão do empresariado industrial imigrante e dos colonos de café à condição de pequenos proprietários rurais e 2) decadência da aristocracia tradicional paulista da condição de empresários industriais e de grandes proprietários rurais”. (MAMIGONIAN, 1976)

que faltava: inseriram-se como classe média de considerável capacidade de produção e de consumo que cresceu mais e modificou nitidamente o conjunto da vida brasileira, provocando nosso ingresso num capitalismo de tipo europeu do século XIX. (MAMIGONIAN, 1969)

A partir daqui nos deparamos novamente com os estudos já citados nos capítulos anteriores sobre a formação de certos núcleos urbanos importantes a partir de Judith De La Corte (1985) e Nice Lecocq Müller (1951), que demandam produtos típicos de pequenas e médias propriedades e que, por isso, propiciam sua manutenção em torno destas grandes cidades (no caso a região metropolitana de São Paulo e da região de Campinas). Não é à toa também que observamos um padrão de organização espacial da agricultura aos moldes análogos daquele descrito por Von Thünen, como aludido nos capítulos anteriores. Assim, a combinação entre imigrantes com capacidade de acumular, formação de núcleos urbanos consumidores e desenvolvimento técnico foram basilares para a prosperidade das pequenas e médias propriedades.

Não é por menos que nos deparamos atualmente com grandes discrepâncias geográficas nos rendimentos das pequenas propriedades. Em escala nacional, podemos observar claramente através dos dados da chamada agricultura familiar⁶⁴:

Tabela 10: Estado, Receita, Estabelecimentos, Áreas e Relações da Agricultura Familiar

Estado	Receita total do Estado para agricultura familiar (R\$ 1000,00)	Estabelecimentos	Área (hectare)	Tamanho médio do estabelecimento (hectare)	Receita média por estabelecimento (R\$ 1000,00)	Receita média por hectare (R\$ 1000,00)
Rondonia	625.949	75.251	3.302.769	43,890	8,318	0,190
Acre	121.023	25.187	1.494.424	59,333	4,805	0,081
Amazonas	405.216	61.843	1.477.045	23,884	6,552	0,274
Roraima	23.914	8.908	637.693	71,587	2,685	0,038
Pará	1.722.057	196.150	6.909.156	35,224	8,779	0,249
Amapá	30.854	2.863	130.770	45,676	10,777	0,236
Tocantins	148.861	42.899	2.695.201	62,827	3,470	0,055
Maranhão	952.781	262.089	4.519.305	17,243	3,635	0,211
Piauí	333.588	220.757	3.761.306	17,038	1,511	0,089

⁶⁴ É importante revelar que o autor do presente trabalho de conclusão de curso não concorda com o conceito de agricultura familiar e a tabela é utilizada com o intuito de demonstrar as diferenças estaduais presentes na agricultura. Segundo Lênin: “A expressão ‘fundada no trabalho familiar’ não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor ‘trabalha’, seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão ‘fundada no trabalho familiar’ é um termo vago, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para *confundir* as mais diversas formas sociais de economia, beneficiando apenas a burguesia. Esta expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho *assalariado*.” (LÊNIN, 1980, p. 18)

Ceará	1.513.968	341.510	3.492.484	10,227	4,433	0,433
Rio Grande do Norte	299.714	71.210	1.046.131	14,691	4,209	0,286
Paraíba	585.247	148.077	1.596.273	10,780	3,952	0,367
Pernambuco	2.105.442	275.740	2.567.070	9,310	7,636	0,820
Alagoas	742.437	111.751	682.616	6,108	6,644	1,088
Sergipe	631.400	90.330	711.488	7,877	6,990	0,887
Bahia	2.822.044	665.831	9.955.563	14,952	4,238	0,283
Minas Gerais	4.165.982	437.415	8.845.883	20,223	9,524	0,471
Espírito Santo	986.733	67.403	966.797	14,344	14,639	1,021
Rio de Janeiro	580.372	44.145	470.221	10,652	13,147	1,234
São Paulo	3.488.692	151.015	2.506.118	16,595	23,102	1,392
Paraná	5.771.948	302.907	4.249.882	14,030	19,055	1,358
Santa Catarina	4.552.983	168.544	2.645.088	15,694	27,014	1,721
Rio Grande do Sul	6.894.814	378.546	6.171.622	16,303	18,214	1,117
Mato Grosso do sul	410.099	41.104	1.190.206	28,956	9,977	0,345
Mato Grosso	610.108	86.167	4.884.212	56,683	7,081	0,125
Goiás	805.997	88.436	3.329.630	37,650	9,114	0,242
Distrito Federal	43.004	1.824	10.867	5,958	23,577	3,957

Fonte: IBGE (2006). Os resultados acima mencionados foram equacionados pelo autor.

Quando observamos as duas últimas colunas da tabela simultaneamente, podemos perceber que os maiores rendimentos encontram-se nas regiões meridionais, que ainda apresentam áreas médias menores. Aqui fica demonstrado superficialmente que as regiões mais industrializadas e urbanizadas influenciam na organização da estrutura fundiária do seu entorno, como podemos ver nas receitas. O Brasil meridional (Sudeste e Sul) possuem as maiores receitas relativas e absolutas e devemos reportar essa realidade aos fatores supracitados.

3.3. Estrutura Comercial e Inelasticidade-Renda da Demanda

É também nesse lapso de tempo que observamos a constituição vigorosa das estruturas de comercialização⁶⁵ da produção agrícola. É importante relevar que na esteira das transformações ocorridas na formação social nacional com o advento das relações

⁶⁵ Ignácio Rangel explica que: “A comercialização dos produtos agrícola obedece, a dois critérios bem diferenciados: se se trata de produtos de exportação ou de produtos para o mercado interno. No primeiro caso vamos encontrar [...] condições estimulantes para a produção, ao passo que no segundo predominam condições depressivas, as quais respondem por uma oferta aleatória e insuficiente, que os ortodoxos estudam como prova do ‘abandono’ da agricultura, ao passo que os estruturalistas definem como fruto de uma hipotética ‘inelasticidade da oferta’ agrícola.” (RANGEL, 1963, p. 623)

agroindustriais, segundo G. Müller, aumenta-se a dependência da agricultura através da circulação em geral, o comércio e as comunicações, revolucionadas pela acumulação de capital (MÜLLER, 1989, p. 27).

Quanto a comercialização das mercadorias para o mercado interno, Rangel (1963) diz que:

[...] esta se faz nas condições de um oligopsônio-oligopólio, o qual, graças à presença do Estado, opera, na prática, como se monopólio-monopólio fosse. De um lado, apóia-se na baixíssima elasticidade-preço e renda da demanda dos produtos que supre; de outro, na elevada elasticidade-preço da oferta dos mesmos produtos. [...] A única explicação possível para essa anomalia – peça importantíssima do mecanismo institucionalizador da inflação, como vimos – está no apoio que o Estado dá ao oligopsônio-oligopólio de bens agrícolas. Sob o pretexto de submeter os preços agrícolas a tabelamento, criou-se um esdrúxulo aparelho, que muda periodicamente de nome (Comissão de Mobilização Econômica, durante a guerra; Comissão Federal do Abastecimento e Preços, depois; Comissão do Abastecimento, adiante etc.) cuja verdadeira função consiste em reunir os intermediários para tomar suas decisões coletivas, às quais, a seguir, confere sanção legal. (RANGEL, 1963, p. 623-624)

Como já explicitado por Milton Santos, citado nos capítulos anteriores, a circulação da produção agrícola ascende como precedente fundamental. Ainda atualmente a conformação dos canais de comercialização agrícola encontra-se muito centralizados, e isso é revelado pelo fato de que alguns produtos agrícolas produzidos em regiões como Ourinhos, no caso do pimentão, tenha que ser comercializado na região metropolitana de São Paulo.

É aqui também que se encontram uma das determinações mais claras da especialização produtiva e das determinações do mercado sobre a autonomia do produtor rural. A impossibilidade de produzir o desejado pelo produtor rural para o mercado interno está intimamente associada à questão do desenvolvimento da relação de oligopsônio-oligopólio da circulação das mercadorias, ou seja, de lugares altamente centralizados de comercialização e de controle de preços tanto para o produtor quanto ao consumidor.

Determinadas regiões especializadas, devido ao seu histórico desenvolvimento urbano industrial e das conseqüentes relações estabelecidas em suas hinterlândias rurais, fornecem produtos a preços muito baixos e dentro de uma condição de inelasticidade-renda da demanda, ou seja, fornece produtos baratos para um mercado consumidor que expande pouco. Marlon Clovis Medeiros (2009) explica que:

O maior obstáculo ao aumento da produção de gêneros alimentícios básicos é a fraca expansão do consumo. Como estes diminuem sua presença na alimentação conforme avançam as faixas de renda, mesmo em situação de elevação da renda nacional não há expectativa de forte elevação do consumo. Pelo contrário, cada avanço na escala de renda tem levado à substituição por alimento de maior valor. Assim, os problemas de alimentação de parte substantiva da população são oriundos da falta de renda, pois à medida que avançam as faixas de renda, o consumo per capita pouco

aumenta em alguns e em outros diminui. Por outro lado, nos alimentos mais industrializados e de maior valor agregado ocorre aumento de consumo conforme avançam as faixas de renda. Grande parte dos alimentos básicos tem elasticidade renda da demanda baixa ou negativa, o que torna o aumento de consumo problemático, uma vez que este depende cada vez menos da relação preço/quantidade ofertada e cada vez mais dos padrões de demanda. (MEDEIROS, 2009, p. 112-113)

Em síntese, existe a impossibilidade dos produtores rurais escolherem o que pretendem produzir, pois esta escolha é arbitrada pelo mercado em condições de oligopsônio-oligopólio. A produção de alimentos *in natura* ou básicos tem sua demanda restrita, sobretudo para os produtos hortifrutigranjeiros. Aqui reside o fato também das especializações produtivas estarem associadas à agroindústria processadora de produtos agrícolas. O produtor, buscando uma alternativa de renda, tende a produzir para as indústrias, pois, como explicitado na citação anterior, existe uma expansão do consumo de alimentos processados. Um exemplo claro é o crescimento vertiginoso da produção de cebola no município de Monte Alto-SP, que se tornou a maior produtora do Estado, cujo destino é a fábrica de alimentos da Fugini. Assim:

Análises que apontam vigoroso aumento da demanda somado à queda do custo das matérias-primas (pelo aumento da produtividade agrícola) confundem os vários segmentos do setor agroalimentar num agregado que distorce a realidade. Há claramente segmentos no interior do setor agroalimentar com dinâmicas completamente opostas (em termos de estrutura da demanda, de trajetória tecnológica, de dinâmica regional, de relações com fornecedores de matérias-primas etc.). Há, em traços largos, duas grandes dinâmicas: uma com forte crescimento da demanda e da produção com ênfase na diversificação da oferta; outra com fraco crescimento da demanda e estagnação do crescimento da produção com ênfase na redução de custos. (MEDEIROS, 2009, p. 111)

A dinâmica agroindustrial para os alimentos processados tende a expansão da demanda e para uma diversificação cada vez maior destes produtos processados. Então, frisando novamente, a agroindústria processadora torna-se uma via quase obrigatória para os pequenos e médios proprietários de terra que desejam produzir, como no caso da produção de mandioca na região de Ourinhos, altamente associada à agroindústria processadora (farinheiras e produtoras de amido).

3.4. Síntese do Desenvolvimento da Especialização da Região de Ourinhos-SP

A epígrafe do presente capítulo não surgiu despropositada para o entendimento do desenvolvimento deste projeto, pois é impossível de se entender a organização atual da

realidade agrária sem entendermos como se deram as transformações das forças produtivas e das relações de produção ocorridas em nossa formação social nacional.

Antes do advento das relações sociais do complexo agroindustrial, como no caso da região de Ourinhos com as indústrias canavieiras, era bastante evidente a existência de inúmeros pequenos e médios proprietários, agregados e colonos nas fazendas ligadas à produção cafeeira. E como foi explicitado anteriormente, eram relações típicas de complexo rural, realizando atividades que denotam a pequena produção mercantil – ao lado de produção para autoconsumo.

Eram pequenas produções mercantis, vendiam ou para mercados longínquos, que existiam a dezenas de quilômetros, ou para a incipiente urbanização dos municípios da região, sobretudo em pequenas vendas e lojas de secos e molhados. A grande produção cafeeira era transportada pelas estradas de ferros, financiadas e negociadas pelas casas comissárias portuárias ou da região. Assim, a forma de exploração da terra permitia a coexistência destas relações, caracterizada pela dualidade explicada por Rangel, ou seja, internamente arcaica (relações feudais ou semi-feudais, com agregados e colonos) e externamente capitalistas.

Entre a chegada dos pioneiros das Minas Gerais, comprando terras por preços irrisórios (sob às vistas grossas do Estado, praticamente posseiros), e a ascensão do complexo agroindustrial, podemos perceber claramente as mudanças das relações sociais através da renda da terra. Inicialmente, o preço excepcionalmente baixo das terras indica que o “meio de produção” essencial ainda estava em sua fase incipiente nas relações sociais⁶⁶. O rendimento comercial cafeeiro advém em fins do século XIX e começo do século XX na região, e é nesse período que indivíduos interessados na exploração dessa produção compram as terras das populações pioneiras. Dois aspectos fundamentais nesse período são a estrada de ferro e a chegada dos imigrantes, ambos relacionados à expansão da cafeicultura.

A estrada de ferro era o meio fundamental para o escoamento da produção de café⁶⁷, assim como a principal mão de obra era de origem imigrante. Quanto ao imigrante, é importante destacar que sua presença na região permitiu transformações importantes, com a introdução de atividades típicas urbanas, como a criação de casas de secos e molhados nas cidades (por exemplo a Soutello e Zanotto⁶⁸ em Ourinhos); muitos também ascenderam como proprietários, após conseguirem acumular. Ora, como destacado na categoria de renda da

⁶⁶ Teoricamente, o principal meio de produção no modo de produção feudal é a terra, enquanto que no capitalismo é o capital.

⁶⁷ Antes era escoada com muires.

⁶⁸ Que posteriormente tornou-se Casa Comissária.

terra, podemos observar as rendas produto e renda dinheiro⁶⁹, em que ambas permitem uma acumulação pelos produtores, depois de pago o foro. Na mesma categoria de análise podemos perceber que as compras de terra eram facilitadas pelo próprio preço da terra. Os fazendeiros utilizavam poucas terras, necessitando de agregados e colonos e, estes, realizavam suas atividades, seja mercantil ou autoconsumo. Pela grande quantidade de terras não utilizadas as compras de terras eram possibilitadas para colonos e agregados que acumulavam, pois o preço da terra, como teoricamente explicitado, corresponde ao *quantum* de capital invertido sobre o solo (renda capitalizada), ou seja, o preço da terra era relativamente baixo (muita terra sem investimento).

Quando ocorre a chegada da família Quagliatto, a concentração de terras é grande. É perceptível também que a compra de terras foi realizada sobre antigos pequenos e médios proprietários, que ainda viviam de uma pequena produção mercantil e para o autoconsumo. A teoria da renda da terra novamente deve ser analisada aqui. Os preços das terras ofertadas eram baixíssimos, sobretudo em função do aspecto agora citado. O preço da terra seria maior caso existisse um mercado consumidor urbano mais abrangente, com maiores demandas e, assim, possibilitasse relações comerciais mais progressistas do que até então eram vigentes. Produtores de algodão, milho e soja neste período (década de 1950-60) se mantiveram na terra produzindo, uma vez que o escoamento dessas produções não era para o mercado interno, ou quando era, estavam apoiados sobre indústrias de processamento (como no caso da Bunge e SANBRA para o algodão).

É importante frisar a importância da questão da renda da terra e a organização produtiva. No caso da região de Ourinhos, percebemos claramente um avanço da chamada grande produção (representada pela indústria canavieira) sobre a pequena produção (pequena produção mercantil associada ao autoconsumo). Essa relação da renda da terra é fundamental, pois está associada ao mercado. Enquanto a urbanização da região de Ourinhos em termos absolutos não era grande, o que gerava pouca demanda para os produtos básicos de sua hinterlândia e conseqüentemente permitia a coexistência da pequena produção e do autoconsumo de baixa renda, a produção canavieira (altamente verticalizada), voltada para a produção nacional de açúcar (e posteriormente de álcool), tendia a expansão contínua dos lucros. Aqui está o cerne da concentração de renda. Em outras regiões, como explicitado nos capítulos anteriores (no caso das regiões de Campinas e São Paulo), a situação parece ter sido um tanto diferenciada, como já explicado.

⁶⁹ Vide a explicação sobre a renda dinheiro. Esta pressupõe o desenvolvimento das relações comerciais e da urbanização, tal como explicado por Karl Marx.

Quanto à atualidade da produção regional, grande parte da demanda de produtos básicos ou *in natura* oferecida pelos mercados varejistas (e “verdurões”) são supridos atualmente por mercados distantes e pouquíssimos produtos, em quantidade e variedade, são oriundos dos produtores da região. Aqui entra a questão histórica da formação dos oligopsônios-oligopólios, que realizam a circulação das mercadorias comprando a preços baixíssimos dos produtores e vendendo a preços altos ao mercado. As regiões especializadas produtoras, em função da escala de produção, conseguem fornecer a preços baixos aos canais intermediários, mesmo que o fato incorra do escoamento do lucro médio dos mesmos produtores para o setor comercial. Em regiões não especializadas, os canais intermediários, ao pressionar os preços do produtor para muito baixo, não permitem a continuação da produção, pois em função da pouca escala os produtores não conseguem concorrer no mercado.

Uma possibilidade para a superação deste fato é a associação produtiva com a agroindústria, recorrendo à especializações que permitam a entrada no mercado. Recentemente o que podemos ver na região de Ourinhos é uma produção bastante especializada em cultivos de pimentão e tomate (e caqui no caso do município de Piraju), sobretudo com a produção em estufa. Assim, além da cultura canavieira, podemos ver o desenvolvimento de outros cultivares, sob o fortalecimento de associações que inicialmente disseminaram a técnica da estufa e que agora buscam o fortalecimento comercial, buscando enfrentar os baixos preços pagos no Ceagesp, destino da produção.

A técnica de estufa é uma agroindústria à montante da produção, assim como o fornecimento de mudas, essenciais para o desenvolvimento dessas produções. Assim, José Sidnei Gonçalves explica que “verifica-se assim que, na esmagadora maioria do espaço agropecuário estadual, a regra consiste na especialização produtiva em função de um segmento agroindustrial dinâmico” (GONÇALVES, 2006). Estas palavras servem também quando observamos a produção de mandioca, altamente especializada em função do segmento industrial.

Em escala estadual, Gonçalves ainda explicita várias especializações enquanto segmento da agroindústria⁷⁰:

Ao destacar as cinco principais atividades formadoras da renda bruta das agropecuárias regionais, verifica-se que em 11 das 15 RAs elas representam mais de 80% da renda total: Baixada Santista (99,6% sendo 96,8% de banana); Registro (97,5% sendo 80,2% com banana); Franca (88,4%); Barretos (87,7%); Central (85,5%); Bauru (84,8%); Presidente Prudente (84,0%); Marília (82,1%); Araçatuba (80,7%); São José dos Campos (80,7%) e Ribeirão Preto (80,4%). Mesmo nas quatro RAs cuja participação das cinco atividades mais relevantes forma menos que 80%, elas são maiores que 50%. E em todas elas verifica-se enorme especialização

⁷⁰ A sigla RA refere-se à Regiões Administrativas.

interna, como os espaços canavieiro, pecuário e da laranja em São José do Rio Preto (69,7%); do cinturão verde (limítrofe do espaço metropolitano paulistano) e das áreas canavieiras e de grãos de Campinas (63,4%) e Sorocaba (51,9%); e do cinturão verde de São Paulo (63,1%).

Na realidade paulista, ocorreu a formação de um imenso mosaico de agropecuárias especializadas, que pode ser visualizado ao se identificar, em cada RA, as atividades regionais com relevante participação estadual. Essa representatividade local, além da banana (67,5%) de Registro, envolve o abacaxi (84,1%) e o tomate de mesa (54,6%) de Araçatuba; o sorgo (40,2%) de Barretos; a goiaba de mesa (52,3%) da RA Central; a batata doce (72,5%) de Presidente Prudente; o alface (61,2%) e o caqui (53,0%) de São Paulo; o limão (51,8%) e a borracha (51,7%) de São José do Rio Preto; a mandioca para indústria (47,4%); o ovo (44,2%) e o trigo (40,9%).

Mesmo nas regiões em que pretensamente poderia ser detectada diversificação, a especialização se faz presente. É o caso da região de Campinas, com o figo de mesa (99,4%), a uva de mesa (40,5%) e o abacate (42,1%) mais ao sul da RA; o frango de corte (43,8%) no norte regional e a cebola (55,4%) e a batata (49,4%) nos municípios mais a oeste, formando especializações regionais características.

O mesmo se visualiza em Sorocaba onde o pêssego de mesa (54,7%) e o tomate para mesa (44,2%) concentram-se nos contrafortes da Serra de Paranapiacaba; o trigo (54,6%) e o feijão (53,1%) no Sudoeste Paulista; a batata (47,7%) nos campos gerais e o repolho (50,8%), a beterraba (44,2%), a abóbora (43,1%) e a abobrinha (42,4%) nos espaços sorocabanos próximos à capital. (GONÇALVES, 2006)

Com o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, como explicado anteriormente, ocorre cada vez mais a divisão social do trabalho e, com ela, também podemos observar a tendência cada vez maior da especialização produtiva. A região de Ourinhos não fugiu à tendência. E esta especialização é realizada conjuntamente com o desenvolvimento agroindustrial. Esta permitiu o aumento da produtividade do trabalho por hectare, com instrumentos cada vez mais sofisticados, influenciando na composição orgânica de capital na produção agrícola. Neste sentido, a tendência a produção mercantil vai se sobrepondo à produção de autoconsumo, tornando a propriedade rural um segmento cada vez mais especializado no setor primário, mas numa relação dialética com a indústria e comércio (demais setores da economia).

A tendência histórica da superação da pequena produção pela grande produção no capitalismo é contínua. Mas novamente devemos nos ater no princípio que a grande produção não é sinônima da grande propriedade. A renda da terra se refere à possibilidade de inversão de capital numa determinada gleba de terra; então, a partir da ascensão das relações típicas do chamado complexo agroindustrial, é cada vez mais o investimento de capital que determina o que se chama de grande produção. A agroindústria tem a capacidade de fazer de uma região uma especialização produtiva, onde a junção de vários pequenos e médios produtores torna-se uma grande produção.

Essas novas relações de produção são progressistas em relação às antigas relações arcaicas típicas do complexo rural. A pequena produção mercantil, associada ao autoconsumo, é uma transição histórica que Lênin já explicou, entre o feudalismo e o

capitalismo. Nesse interim, ocorre a diferenciação no seio do campesinato e sua consequente desagregação. As relações capitalistas tendem à superar o antigo modo de produção, e com ele, todos seus elementos constitutivos. O intenso êxodo rural é resultado dessa realidade, e podemos observar muito bem na formação social brasileira.

Neste sentido, de desenvolvimento das relações capitalistas de produção e de suas forças produtivas na agricultura, Ignácio Rangel já faz uma previsão interessante:

Dia virá em que esse modo de produção estruturado na fazenda capitalista terá que ceder o passo a algo de mais progressista ainda, mas esse novo esquema será ou a fazenda coletiva, ou a fazenda do Estado, nunca o retorno à pequena produção familiar de mercadorias, como teria resultado se nós, os revolucionários da década de 1930, nos quadros da Aliança Nacional Libertadora, tivéssemos podido impor nosso ponto de vista de então. (RANGEL, 1986, p. 742)

É claro que para a ascensão de algo mais progressista, muita análise científica se faz necessária. Talvez esse próximo passo possa ser uma estruturação sobre as especializações regionais, que conformam uma escala de produção. No entanto, existe a necessidade ainda de superar alguns fatos inerentes à organização capitalista da agricultura, como o sinalizado por Alberto Passos Guimarães:

Mas há um setor da agricultura, formado pelos pequenos e médios produtores, organizados como unidades produtivas de caráter camponês ou familiar, que paga ainda maiores tributos. Esse setor, na sua quase totalidade, não consegue acumular, pois não retém para si todo o excedente econômico produzido pelo trabalho dos agentes da produção despendido em sua unidade de exploração, isto é, não consegue reter todas as parcelas correspondentes à renda da terra, e ao lucro médio, que somados formam o total do excedente econômico ou do trabalho suplementar. Cada uma dessas parcelas, segundo o grau de pressão do mercado, são cedidas ao comprador. E até mesmo uma parte do trabalho necessário que corresponde às necessidades básicas de sua subsistência e da subsistência de sua família é também cedida ao comprador nas conjunturas mais difíceis. Assim, se explica o interesse do capital monopolista em reproduzir e manter como setor dominado e integrado no Complexo Agroindustrial, a pequena e a média produção camponesa. (GUIMARÃES, 1982b, p. 151)

Ou seja, apesar da organização mais progressista que possa apresentar a especialização produtiva, o desenvolvimento das relações agroindustriais revela o agricultor enquanto elo mais fraco da divisão social do trabalho. Mas a superação dessa problemática deve ser norteadas por noções progressistas e nunca pelo retorno às relações arcaicas de produção. O que foi até agora exposto apresentou uma maneira de entender o desenrolar histórico e as transformações no campo com uma diversidade de situações que merecem acuidade de análise.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria não traduzível em fatos é uma abstração inútil e as ações não sustentadas pela teoria são impulsos infrutíferos. (GRAMSCI apud FIORI, 1979)

O tempo e o espaço são determinantes e determinados pela sociedade e a história é dinâmica. Fugir dessas expressões que perfazem nosso cotidiano é incorrer em erros e em pobreza analítica. Buscar o entendimento do desenvolvimento histórico foi alvo fundamental para compreender certas condicionantes que conformam a organização do espaço rural do nosso objeto de pesquisa.

Nossa linha teve como objetivo entender os progressos e as contradições do processo do desenvolvimento do capitalismo no campo, convergindo expressões teóricas mais gerais (simples e abstratas, como a categoria de renda da terra de Marx), analogias com teorias clássicas (como em Lênin e Kaustsky), entendimento da formação social brasileira (Rangel e Alberto Passos Guimarães) e as particularidades regionais.

A cada passo que certas figuras teóricas iluminam nossas observações, estamos mais perto de chegarmos ao entendimento da realidade. Isto é de fundamental importância para que os próximos passos dados, tanto no desenvolvimento teórico quanto na ação prática, nossas políticas fujam da anarquia de produção característica do modo de produção capitalista e, assim, trilhe rumo a algum tipo de planejamento.

Neste sentido, o entendimento das especializações produtivas surge como algo interessante. A especialização regional permite a produção em escala, em quantidade e qualidade, oferecendo tanto para a indústria propriamente dita quanto aos agrosserviços produtos comercializados nas cidades. Esse tipo de produção é progressista, pois se respalda na utilização cada vez mais intensiva das terras.

Observemos o que Armen Mamigonian apresenta quando estuda a interessante dinâmica econômica nordestina, apresentando dados que indicam a realização do potencial de desenvolvimento nesta região, que por ser atrasada, também é uma das mais dinâmicas:

A superação do complexo rural familiar pela especialização agrícola, que já ocorria quando Rangel escreveu sobre as mudanças agrárias na Bahia, está nas bases das substituições de importações de alimentos provenientes do Sudeste e do Sul: Luna Avícola, de Arapiraca, com ovos e frangos vivos, a fábrica de leite em pó na bacia leiteira das proximidades de Vitória da Conquista, os grandes investimentos da Perdigão em laticínios e embutidos de frango em Bom Conselho (950 empregos) e da Sadia em Vitória de Santo Adão (1350 empregos), etc. [...] No semi-árido o crescimento mais espetacular se deu na fruticultura irrigada, que alia o sol o ano todo, baixa umidade do ar e água na quantidade certa. No Vale do Apodi, junto a Mossoró, as exportações começaram em 1980 e alcançaram US\$ 90 milhões em 2005, principalmente de melões destinados à Europa. No Vale do São Francisco,

acima e abaixo de Juazeiro-Petrolina, a Embrapa conseguiu aperfeiçoar várias frutas, mas as uvas e as mangas são os principais cultivos em 110 mil hectares, com obtenção de 2,5 safras/ano. As exportações alcançaram US\$ 120 milhões em 2005, ano em que começaram a sair aviões cargueiros de Petrolina para Lisboa e Luxemburgo. Entre os grandes produtores aparecem o Carrefour francês, cujas uvas seguem para suas lojas na Europa, Estados Unidos e China; a Frutifort, de empresários locais, exporta R\$ 20 milhões de mangas para os Estados Unidos e Europa; as vinícolas gaúchas plantam grandes parreirais e vendem seus vinhos no mercado nacional. (MAMIGONIAN, 2010)

Isto é algo análogo ao que foi apresentado no decorrer do nosso projeto. O desempenho da agricultura não está separado do desenvolvimento do restante da economia e a economia nordestina, apresentando um dos índices de crescimento econômico mais dinâmicos do país, também transforma sua agricultura de maneira progressista.

Depreendemos que só existe uma solução para a eliminação das estruturas arcaicas na agricultura, como exemplo no Nordeste, tanto quanto do caráter extensivo de determinadas culturas agroindustriais que concentram muitas terras: o mesmo desenvolvimento das estruturas agroindustriais. Só competem em pé de igualdade quem se enquadra no mesmo nível de forças produtivas e relações de produção. O modo de produção capitalista tende a eliminação das estruturas mais arcaicas (por exemplo: produção de subsistência), e esta é a realidade da superioridade da grande produção sobre a pequena. Novamente, aqui falando, quem auferir mais renda da terra é a grande produção, tecnicamente mais preparada e com mais capitais para investir. Grosseiramente falando, quem auferir renda permanece e se desenvolve no campo.

A lógica de nossa “democratização” das terras tem sido esta e, por isso mesmo, pretender a manutenção de pequenas produções (pequena produção mercantil e produção para autoconsumo) no campo é de difícil concepção.

Aqui adentramos num dos últimos quesitos discutidos neste trabalho de conclusão, que é o entendimento das estruturas “além da porteira”, onde a renda da terra pode ser realizada, ou seja, no mercado. Se se quer proteger as pequenas e médias propriedades, devemos entender como o mercado para seus produtos funciona. É notória a constante aproximação teórica da produção para o mercado interno com a produção em pequenas glebas de terra, tal como preconizado pelos estudos sobre a agricultura familiar. Ora, como se pretende organizar esse tipo de produção num mercado com demandas inelásticas, tal como foi enunciado no capítulo anterior? Como concorrer com regiões já altamente especializadas? Como produzir e auferir renda dentro do contexto oligopólico-oligopsônico para esses produtos?

Somente o planejamento e políticas apropriadas, como a de preços mínimos, poderia surtir algum efeito a princípio. Em segundo lugar, entender como a agroindústria está criando

regiões especializadas também faz parte destas soluções. Um pequeno produtor independente fora dos circuitos mercadológicos produzidos pela especialização é de difícil manutenção.

Não devemos entender a agricultura, os agricultores, os camponeses, os produtores familiares etc., sem olharmos aprofundadamente a dinâmica econômica em geral. Seccionar este setor da economia, ou seja, observar a agricultura fora da totalidade é um passo para o erro. Se quisermos realmente melhorar as condições de vida da população rural, devemos retirar da análise qualquer preconceito de ascetismo religioso. É a partir do entendimento dos aspectos progressistas que podemos nos aproximar das contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

Transcender o capitalismo é partir do que se tem de mais desenvolvido e não retornar aos estágios mais atrasados da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, D. S. Recortes. Presidente Prudente: Impress, 1997.
- ANDRADE, M, C. Comércio internacional e distribuição espacial da produção de açúcar no Brasil. Boletim Paulista de Geografia, AGB, n. 51, 1976.
- BENETTI, M. D. Globalização e desnacionalização do agronegócio brasileiro no pós 1990. Porto Alegre: FEE, 2004.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CANDIDO, A. Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8ª ed. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CASTRO, A. B. 7 Ensaio Sobre a Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1972.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In: Boletim Geográfico, nº 179. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. p. 139-145.
- DE LA CORTE, J. Contribuição ao estudo do abastecimento da cidade em produtos hortifrutícolas. São Paulo: Usp/Igeog, 1985.
- DEL RIOS, J. Ourinhos: memórias de uma cidade paulista. Ourinhos: Prefeitura Municipal, 1992.
- DIAS, F. M. F. O Processo de ocupação do espaço urbano do município de Ourinhos-SP [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ourinhos (SP): Universidade Estadual Paulista, 2009.
- _____. Segregação residencial na cidade de Ourinhos-SP [Dissertação de Mestrado]. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.
- ESPÍNDOLA, C. J; MEDEIROS, M. Agroindústria, desenvolvimento e projeto nacional. 2006. Disponível em < <http://www.grabois.com.br> >. Acesso em 10 de outubro de 2011.
- FERNANDES, L. L. Aspectos da organização do espaço no bairro rural dos Pires, município de Limeira (Estado de São Paulo). Boletim Paulista de Geografia, AGB, n.45, p. 72-105, jun. 1968.
- FIORI, G. A vida de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FURLANETO, F. P. B; KANTHACK, R, A, D; ESPERANCINI, M, S, T. Análise econômica da cultura da mandioca no Médio Paranapanema, Estado de São Paulo. Informações Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 10, out. 2007.
- GONÇALVES, J. S. Agricultura sob a égide do capital financeiro: passo rumo ao aprofundamento do desenvolvimento dos agronegócios. São Paulo: Informações Econômicas. V. 35, n. 4, abr. 2005.

_____. Carmas da questão agrária: movimento sobre falsos dualismos gerando falsos paradigmas. *Informações Econômicas*, São Paulo, v.34, n.7, jul. 2004. p. 41 – 44.

_____. São Paulo agroindustrial-exportador e especialização regional da agricultura. *Análises e Indicadores do Agronegócio*, volume 1, n.10, out. 2006. Disponível em < <http://www.iea.sp.gov.br>>. Acesso em 12 de maio de 2012.

GRAMSCI, A. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, A. P. A Crise Agrária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. O complexo agroindustrial como etapa e via de desenvolvimento da agricultura. *Revista de Economia Política*, v. 2/3, jul/set. 1982b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Agricultura familiar, primeiros resultados. Censo Agropecuário, Rio de Janeiro, p. 1-267, 2006.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). A indústria do café em São Paulo. São Paulo: Departamento da Produção Vegetal, Secretaria da Agricultura, ano VIII, n. 3, mar. 1961.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA). Banco de Dados: Estatísticas da Produção Paulistas. Disponível em < <http://ciagri.iea.sp.gov.br> >. Acesso em 10 de janeiro de 2014.

KAUTSKY, K. A questão agrária. Rio de Janeiro: Editora Lammert, 1968.

LÊNIN, V. I. Agricultura e Capitalismo nos Estados Unidos: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

_____. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre o processo de industrialização no Brasil. In: Boletim do Departamento de geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente, n. 2, 1969.

_____. O Enigma Brasileiro Atual: Lula será Devorado?. São Paulo: Ciência Geográfica, ano X, X (2), p. 127-131, mai/ago. 2004.

_____. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. 2010. Disponível em < <http://www.grabois.com.br> >. Acesso em 10 de outubro de 2011.

_____. O processo de industrialização em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, AGB, n.50, p. 83-102, março de 1976.

_____. Teorias sobre a industrialização. Textos do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, São Paulo, n.04, p. 1-16, 1992.

MARX, K. Da Ideologia Alemã. In: MARX, F. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

_____. O Capital. Livro primeiro, volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. O Capital. Livro terceiro, volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Para a crítica da Economia Política; Do Capital; O rendimento e suas fontes. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores)

MEDEIROS, M. C. As mudanças no mercado consumidor de alimentos e a diversificação da oferta no setor agroalimentar brasileiro. In: Geografia Econômica – Anais de Geografia Econômica e Social: Transformações Regionais no Brasil (Edição Piloto). UFSC. Florianópolis (SC): Impressão no Departamento de Geociências, 2009.

MONBEIG, P. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES, R. R; ROMERO, F. S. Um espaço para lembranças de Ourinhos. Ourinhos (SP): Prefeitura Municipal de Ourinhos, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Educação, 2004.

MÜLLER, G. Complexo agroindustrial e modernização agrária. São Paulo: HUCITEC/PUC-SP, 1989.

MÜLLER, N. L. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, 1951.

MÜLLER, N. L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, AGB, n. 20, p. 55-97, março de 1956.

NETTO, A. D. O Problema do Café no Brasil. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

NETTO, J. P. Introdução. In: LÊNIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OLIVEIRA, M. C. F. A. Mercantilização e Urbanização em São Paulo. Campinas: Nepo Unicamp, 1988. Textos Nepo, n. 14.

POCHMANN, M. Força de trabalho e tecnologia no Brasil: Uma visão de história com foco atual na produção de cana de açúcar. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

RANGEL, I. A inflação brasileira (1963). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. I, p. 551-680.

_____. A Questão Agrária Brasileira (1962). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. II, p. 23-80.

_____. A questão agrária e agricultura (1979). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. V. II, p. 95-115.

_____. Crise Agrária e Metrópole (1986). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. II, p. 149-155.

_____. Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. I, p. 285-354.

_____. Economia: Milagre e Antimilagre (1985). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. I, p. 681-742.

_____. Estrutura Agrária, Sociedade e Estado (1978). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. II, p. 87-95.

RANGEL, I. O Quarto Ciclo de Kondratiev (1990). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. II, p. 741-756.

_____. Recursos ociosos e ciclo econômico (alternativas para a crise brasileira). Revista de Economia Política, v. 9, n.1, jan/mar. 1989.

_____. Recapitulando a questão agrária brasileira (1977). In: Obras Reunidas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, V. II, p. 81-87.

SALGADO, F. C. F. As colônias Bastos e Pedrinhas (Estudos Comparativos de Geografia Agrária). Faculdade de Filosofia, Ciência e Letra de Presidente Prudente, 1971.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Sociedade e Espaço: A Formação Social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, AGB, n.54, p. 81-99, junho de 1977.

_____. Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Instituto de Economia Agrícola (CATI). Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

SERENI, E. La categoría formación económica y social. In: SERENI, E; LUPORINI, C. El Concepto de "Formación Económico-Social". México: Roca, 1973.

SINGER, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, EDUSP, 1968.

TEIXEIRA, P. P. Empreendedores na cidade de São Paulo: dos primórdios aos grandes empresários. In: Paula Porta. (Org.). História da cidade de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 2004, v. 1, p. 271-331.

TSE-TUNG, M. Sobre a prática e sobre a contradição. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

TSUKADA, C. Y. P. de S. Desenvolvimento Regional e Cadeia Produtiva: Tendências e perspectivas da mandioca no Sudoeste Paulista [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ourinhos (SP): Universidade Estadual Paulista, 2008.